

Marcelo Henrique Martins

**O mal-estar na cidade: O sentido da urbanização em  
bairros periféricos**



ARARAQUARA – SP  
2016

Martins, Marcelo Henrique

O mal-estar na cidade: O sentido da urbanização em bairros periféricos / Marcelo Henrique Martins — 2016 87 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) Orientador: João Carlos Soares Zuin

1. Sociologia das cidades. 2. Urbanização. 3. Conflito social. 4. Conjuntos Habitacionais. 5. Estigma.

Marcelo Henrique Martins

## **O mal-estar na cidade: O sentido da urbanização em bairros periféricos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** João Carlos Soares Zuin

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – SP

2016

# **O MAL-ESTAR NA CIDADE:** O sentido da urbanização em bairros periféricos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** João Carlos Soares Zuin

**Bolsa:** CAPES

Data da defesa: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin

Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP - Campus Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP - Campus Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Universidade de São Paulo  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - São Carlos

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo elucidar a relação entre o processo de urbanização na cidade de Araraquara e a precarização da vida no conjunto habitacional localizado no bairro São Rafael. A correlação destes dois fatores no espaço urbano de uma cidade média no interior paulista impossibilita a constituição da cidadania plena, tendo como conseqüência, o desenvolvimento da subcidadania, do estigma e das diversas formas de patologias sociais. A exclusão social, oriunda da denegação de direitos sociais fundamentais, suscita a permanência da luta por reconhecimento empreendida por grupos sociais historicamente segregados e estigmatizados, que visam restabelecer vínculos sociais negados ou rompidos. A partir da luta por reconhecimento da dignidade e da identidade pessoal e coletiva dos moradores do São Rafael, buscamos, através de entrevistas, compreender a percepção dos moradores em relação ao sentido e significado da “vida boa” e da “vida prejudicada”.

**Palavras – chave:** Urbanização, Araraquara, Conjunto Habitacional, Cidadania, Estigma.

## **ABSTRACT**

This study aims to elucidate the relationship between the process of urbanization in the city of Araraquara and the precariousness of life in the housing estate located in the San Rafael neighborhood. The correlation of these two factors in the urban space of an average city in the interior prevents the establishment of full citizenship, and as a consequence, the development of undercitizenship, stigma and the various forms of social pathologies. Social exclusion, arising from the denial of fundamental social rights, raises the continuing struggle for recognition undertaken by social groups historically segregated and stigmatized, aimed at restoring denied or broken social bonds. From the struggle for recognition of the dignity and personal and collective identity of the residents of San Rafael, seek, through interviews, to understand the perception of residents regarding the meaning and significance of the "good life" and "impaired life".

**Key words:** Urbanization, Araraquara, Housing Development, Citizenship, Stigma.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Vista panorâmica do conjunto habitacional São Rafael	46
<b>Foto 2</b>	Conjunto habitacional Anunciata Palmira Barbieri	51
<b>Foto 3</b>	Conjunto habitacional Vale verde	51
<b>Foto 4</b>	Conjunto habitacional Maria Helena Lepre Barbieri	52
<b>Foto 5</b>	Casas do conjunto habitacional São Rafael	54
<b>Foto 6</b>	Vista panorâmica do conjunto habitacional Laura Molina	72

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Moradores entrevistados no São Rafael	49
<b>Gráfico 2</b>	Local de nascimento dos entrevistados	50
<b>Gráfico 3</b>	Tempo de residência dos entrevistados no São Rafael	53
<b>Gráfico 4</b>	Nível de escolaridade das entrevistadas	56
<b>Gráfico 5</b>	Profissão das entrevistadas	58
<b>Gráfico 6</b>	Tempo de exercício profissional das entrevistadas	58
<b>Gráfico 7</b>	Temas recorrentes em relação a imagem do São Rafael segundo entrevistadas	61
<b>Gráfico 8</b>	Aspectos negativos da cidade de Araraquara	64
<b>Gráfico 9</b>	Aspectos positivos da cidade de Araraquara	65
<b>Gráfico 10</b>	Aspectos negativos do São Rafael	66
<b>Gráfico 11</b>	Aspectos positivos do São Rafael	68
<b>Gráfico 12</b>	Espaços públicos de Araraquara	69
<b>Gráfico 13</b>	Espaços públicos do São Rafael	70
<b>Gráfico 14</b>	Lugares belos da cidade de Araraquara	73
<b>Gráfico 15</b>	O que há de belo no São Rafael?	73
<b>Gráfico 16</b>	O São Rafael é um bom bairro para se viver?	75
<b>Gráfico 17</b>	O que falta ao bairro São Rafael?	76

## SUMÁRIO

<b>Do problema</b>	<b>02</b>
<b>1.1 A cidade na história</b>	<b>03</b>
<b>1.1.1 A cidade como imagem e representação</b>	<b>04</b>
<b>1.1.2 Inospitalidade e a frieza urbana</b>	<b>07</b>
<b>1.1.3 A urbanização brasileira</b>	<b>14</b>
<b>2. A cidade na era global</b>	<b>15</b>
<b>3. A epistemologia moral do reconhecimento</b>	<b>26</b>
<b>3.1 As três formas de reconhecimento intersubjetivo</b>	<b>28</b>
<b>3.1.1 Desrespeito e violência moral</b>	<b>39</b>
<b>4. Entrevistas</b>	<b>44</b>
<b>5. Considerações finais</b>	<b>76</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>79</b>

## Do problema

No decorrer da história, o conceito de cidade foi associado a diferentes formas de existência que dizem respeito a representações, vontades e expectativas que lhes são atribuídas em determinados contextos sociais e períodos históricos. A construção da cidade é uma ação humana “inteiramente histórica, [ela] impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem [...]” (SANTOS, 1994, p.82). Na análise de Milton Santos, os conceitos e imagens da cidade resultam do agir humano dotado de sentido e significado, que, por sua vez, sempre pode criar no espaço novos conceitos e imagens da cidade que são modificados no tempo histórico.

Como aponta Leonardo Benevolo (2011), arquiteto e historiador italiano, “as origens da cidade não se perdem na noite dos tempos. A cidade nasce cinco mil anos atrás, aproximadamente”. A longa existência da cidade - a cidade antiga, medieval, moderna, pós-moderna, contemporânea e global, entre outras possíveis denominações - expressa um processo criativo e contraditório no qual o ser humano foi construindo novas formas de ocupação do espaço, novas ordenações sociais, novas revoluções espaciais. Contudo, a longa existência da cidade revela na atualidade um acúmulo de problemas, tensões e conflitos. Para Benevolo, a cidade como território organizado, ordenado, projetado para um determinado fim, o bem-estar do ser humano e o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e cidadãos, parece ser uma “experiência histórica que alcança o seu fim” (BENEVOLO, 2011, p.3). A análise do bairro São Rafael, um bairro pobre afastado do centro de Araraquara, uma importante cidade do Estado de São Paulo, e que ocupa a sétima posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M de 2013) <sup>1</sup>, permite-nos refletir sobre o problema apontado por Santos e Benevolo: além dos números expressos nos índices que mensuram a qualidade de vida nas cidades, regiões e países, a vida das pessoas é *de fato* e *de jure* moderna, capaz de possibilitar que os sujeitos possam se autodesenvolver em direção a uma *vida boa e feliz*?

A escolha da investigação sociológica do bairro São Rafael nos permite analisar se a cidade de Araraquara é realmente uma cidade moderna que possibilita objetivamente que seus cidadãos participem das conquistas sociais, políticas e econômicas da modernidade.

---

<sup>1</sup> Índice referente ao Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a Fundação João Pinheiro (FJP).

Analizamos o bairro São Rafael por meio da Teoria Crítica de Axel Honneth, bem como do paradigma da luta por reconhecimento e da abordagem das patologias sociais. Na sétima melhor cidade para se viver no Estado de São Paulo, um dos estados mais desenvolvidos e ricos da república, a qualidade, a expectativa e as formas de vida não são próprias de uma cidade moderna.

### 1.1 A cidade na história

Com vistas ao legado da civilização greco-romana, segundo Cacciari (2010), podemos apreender diferenças significativas entre os conceitos de cidade, a saber, a *pólis* grega e a *civitas* romana. Nas duas cidades encontramos distintas concepções de vida em sociedade, o que revela o caráter dinâmico do conceito e da imagem da cidade. Por exemplo, “em grego, o termo *pólis* remete de imediato para uma ideia de forte enraizamento. A *pólis* é o lugar onde determinada gente, específica no que toca a tradições e costumes, tem a sua sede, reside, onde tem o seu próprio *ethos*” (CACCIARI, 2010, p.9). Essa concepção de cidade, que privilegia uma forma de vida, anula a ideia da diferença, na medida em que apenas quem é livre e partilha dos mesmos costumes e tradição pode participar da vida política como cidadão.

Entre a *pólis* grega e a *civitas* romana, “[...] a diferença é radical, já que no termo latino *civitas*, reflectindo bem, se manifesta a sua proveniência do termo *civis*, e os *cives* formam um conjunto de pessoas que se reuniram para dar vida à cidade” (Ibidem, p.10). A despeito da *civitas* romana também operar o binômio homem livre e escravo, “[...] a ideia de cidadania não apresenta qualquer raiz de natureza étnico-religiosa” (Ibidem, p.11). Sendo assim, não é o vínculo a tradição que dá coesão a cidade, mas sim a lei que reúne e congrega os cidadãos no espaço da *civitas*. “[...] Aquilo que rege a *civitas* não é um fundamento originário, mas um objectivo: vivemos juntos pois, através da concórdia produzida pelas nossas leis, podemos almejar um grande fim, Roma *mobilis*” (Ibidem, p.15). Roma *mobilis* representa a mobilidade, que se vincula a ideia de uma cidade que está sempre crescendo (*civitas augescens*), ideia esta totalmente oposta à concepção da *pólis* grega que mantinha a ideia de origem e de vínculo a mesma estirpe como elementos essenciais da experiência cidadina.

Entre a *pólis* grega e a *civitas* romana torna-se evidente o caráter dinâmico da cidade, pois sua natureza modifica-se historicamente. À luz dos nossos dias, esta evidência - o caráter dinâmico do conceito e da imagem da cidade - remete-nos a ideia

da cidade como problema filosófico, sociológico, antropológico, político, geográfico, arquitetônico, econômico, cultural, demográfico, em suma, a cidade congrega problemas de diferentes áreas do conhecimento, o que atesta a complexidade e amplitude dos problemas que emergem e se constituem como aspectos elementares da experiência cidadina.

### **1.1.1 A cidade como imagem e representação**

A representação da cidade como sinônimo de ilustração e como símbolo por excelência de uma nova forma de existência data das origens do fenômeno urbano e do renascimento das cidades após o fim da Idade Média. Neste momento, a nascente vida urbana contrapunha-se a vida rural associada à ignorância, à labuta e à brutalidade.

A ruralidade colocava os homens em relação direta com a natureza, o que exigia o esforço dos “[...] grandes trabalhos agrícolas: drenagens, irrigação, construção de diques, arroteamentos, etc” (LEFEBVRE, 1999, p.21). A reprodução da vida social se mantinha numa espécie de combate contra as forças da natureza que exerciam, no imaginário coletivo das populações, o temor de uma força externa que está além dos limites do homem<sup>2</sup>. Frente à brutalidade e à labuta da vida rural, a cidade se apresentava como espaço da justiça, e por justiça deve-se entender a capacidade de agir conforme a lei e uma moral feita pelos homens e para os homens. O fato implica a existência de uma ordenação espaço-temporal, as topografias naturais, as montanhas, rios, vales, passam a coexistir com as topografias construídas pelo homem, as ruas, praças, monumentos, etc.; a relação entre o homem e a natureza passa a ser mediada pela *realidade urbana*, a saber, a cidade. A cidade tornou-se um espaço essencialmente social e técnico, que constantemente distancia-se da natureza.

A cidade, que se constituiu nos primórdios da experiência cidadina, tinha como princípio ordenador o templo religioso e a praça de reunião política. A vida social gravitava em torno dessas centralidades que carregavam de sentido e significado a experiência cidadina. Com efeito, “[...] a cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobranças de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder. Todavia, ela também implica um artesanato e trocas [...]” (LEFEBVRE, 1999, p.21). A coexistência de duas ordenações espaço-temporais, de um

---

<sup>2</sup> O medo das forças da natureza foi comumente representado por lendas, histórias fantásticas, contos populares, que enfatizavam o aspecto selvagem e brutal de uma natureza não controlada pelo homem.

lado a centralidade que predomina, a político-religiosa e, do outro, uma ordenação que permanece subjacente, mas que se faz presente no cotidiano, o comércio, caracterizado pelo mercado, representam um embate entre mentalidades, relações sociais e formas de existência. Este fato sugere um conflito entre ordenações espaço-temporais, de modo que o desenvolvimento histórico da cidade não se realiza apenas com continuidades, mas também com rupturas, descontinuidades. Com efeito, em um contexto de oposição entre ordenações espaço-temporais, “os lugares destinados à troca e o comércio são, de início, fortemente marcados por signos de heterotopia” (LEFEBVRE, 1999, p.22). Esses espaços são excluídos da cidade política por representarem uma nova centralidade, novos valores, novos princípios, novas mentalidades e novas identidades. Essa tensão pode ser representada, por exemplo, quando Jesus expulsa os mercadores do templo e lhes diz: “Minha casa é uma casa de oração, mas vós fizestes dela um covil de ladrões!” (Mt, 21:12-14). Esse acontecimento é caracterizado por Mateus como a “purificação do templo”, corroborando, assim, a ideia de que o mercado foi, por séculos, considerado uma manifestação impura, uma centralidade que dissolveria os alicerces da cidade política. Podemos interpretar a passagem bíblica como uma tentativa da cidade política manter a sua centralidade, o templo religioso, afastado das forças do mercado e dos mercadores.

Do embate entre ordenações espaço-temporais, que perdurou por séculos, “[...] é apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade” (LEFEBVRE, 1999, p.22). O que, no período anterior, era marcado por signos de heterotopia torna-se centralidade estruturante. Há, pois, “[...] a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana. [...] Durante esse período, entretanto, nasce a imagem da cidade” (LEFEBVRE, 1999, p.24). Ora, é necessário compreender a natureza da cidade que promove a inversão no sentido do urbano. A natureza dessa cidade é, essencialmente, comercial, onde “[...] a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir uma forma (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.23). Concomitantemente, as cidades tornaram-se sede de um intensivo processo de racionalização econômica, onde a força do mercado, da mercadoria e dos mercadores passou a ordenar a cidade. Isto se torna evidente quando a imagem da cidade coincide com a “localidade de mercado” (WEBER, 1999). As cidades passaram a se organizar e se estruturar em torno do mercado. Esse movimento foi extremamente profundo em algumas cidades, em

particular as cidades do centro-norte europeu que testemunharam o surgimento do capitalismo.

Refletir sobre o poder da força econômica na ordenação da vida social é fundamental para compreendermos a expressão, muito comum na época, de que “o ar da cidade torna livre” (WEBER, 1999, p.427). A metáfora, utilizada pelos novos agentes econômicos no início da modernidade, representou o imaginário coletivo que se constituiu através dessa nova ordenação espaço-temporal, que produziu novos valores, novos princípios e uma nova moral. A ideia de liberdade vai permanecer intimamente ligada à imagem da cidade enquanto espaço aberto à experiência humana, ao diverso, ao estrangeiro; um espaço de oportunidades e trabalho, em suma, um espaço de reconhecimento e estima social. A imagem da cidade constitui-se em um horizonte de expectativa positivo.

A ordenação espaço-temporal que se realizou através do mercado fez emergir uma tensão explosiva, talvez inconciliável que, segundo Cacciari (2010), manifesta-se na cidade como lugar para morar e na cidade como espaço de negócios. Em contextos de crise econômica, cultural, social, política, essa tensão ganha contornos mais nítidos, em outros momentos ela é conciliada. Não obstante, tal polarização é constitutiva da experiência cidadina.

Nas cidades em que as trocas econômicas e a economia de mercado ganharam prevalência e os espaços passaram a ser ordenados pelos ditames e o afã de lucros sempre maiores, as relações sociais foram severamente impactadas em virtude da incorporação das funções comerciais de produção, de compra e venda de mercadorias nos diferentes espaços da cidade. Não queremos com isso afirmar que todos os espaços e lugares eram regidos, única e exclusivamente, pelas relações de troca, mas buscamos enfatizar, sobretudo, o seu poder de penetração nas relações sociais.

Essa mudança reorientou a natureza da cidade, na medida em que “[...] cada vez mais [a] consideramos [...] como uma máquina, uma função, um instrumento que nos permite, com o mínimo impedimento, fazer os nossos *negotia*, os nossos negócios” (CACCIARI, 2010, p.26). Ao mesmo tempo, entretanto, almejamos uma cidade acolhedora, solidária, buscamos uma cidade como um lugar para morar no sentido amplo do termo, ou seja, um lugar aberto à experiência, às trocas humanas e ao reconhecimento intersubjetivo.

### 1.1.2 Inospitalidade e a frieza urbana

Pensar a cidade nos leva a refletir sobre as condições de desenvolvimento da vida humana em um espaço essencialmente social. Nesse sentido, a cidade

[...] é o lugar da segurança, da produção, da satisfação de muitas necessidades básicas e vitais e, por outro lado, representa a camada nutritiva, o lugar apropriado para o desenvolvimento da consciência humana, tanto do indivíduo como do grupo, em forma de uma consciência do “NÓS (MITSCHERLICH, 1972, p. 10).

É nas cidades, portanto, que se consolidam as idéias acerca dos direitos civis, políticos e sociais, da justiça, da cidadania e do reconhecimento, em suma, surge à figura do cidadão; cidadãos são aqueles a quem são concedidos direitos e deveres no interior de uma coletividade. Com efeito, as cidades devem promover a integração e o bem-estar dos seus habitantes, ela deve constituir-se como um *espaço vital*, feito pelos seres humanos e para os seres humanos. Na medida em que nossa civilização é urbana e temos as cidades como morada, desde o nascimento até a morte, é preciso que existam as condições objetivas que possam garantir o pleno desenvolvimento das capacidades cognitivas, físicas e espirituais em todas as idades humanas. Elas devem atuar “[...] como pontos de apoio del alma” (MITSCHERLICH, 1969, p.16) <sup>3</sup>, garantindo a segurança, a dignidade e o reconhecimento social de todos os cidadãos.

No entanto, testemunhos históricos nos apresentam que a cidade também pode promover a exclusão social e o mal-estar. Nesse caso, a cidade torna-se o espaço do não-direito, da injustiça, da sub-cidadania e do não-reconhecimento. Com base em tais evidências, a cidade pode ser tanto um espaço aberto às trocas humanas, ao desenvolvimento da vida boa e justa, como ela pode atuar enquanto um território cindido que promove a vida prejudicada, quer pela distinção, pela segregação e pelas desigualdades, quer pelo não-reconhecimento. A polarização da cidade como espaço da justiça e da injustiça é um desdobramento da polarização fundamental: a cidade como lugar para morar e a cidade como espaço de negócios.

Como já mencionado anteriormente, a relação entre a cidade como lugar para morar e a cidade como espaço de negócios é constitutiva da cidade do Ocidente, onde o mercado, segundo Weber (1999), teve um papel central no reordenamento das cidades

---

<sup>3</sup> “[...] como pontos de apoio da alma” (MITSCHERLICH, 1969, p. 16, tradução nossa).

que se voltam cada vez mais para os negócios. As cidades do centro-norte europeu foram, então, as parceiras do capitalismo que, no decorrer da história, avançou impiedosamente pelo mundo e pelas cidades. A centralidade do mercado e a tensão inerente a ela impactaram e impactam diferentes coletividades humanas, e as cidades, tanto de países desenvolvidos como de subdesenvolvidos, foram e são desafiadas cada qual com suas estruturas e contradições inerentes, a equacionar essa tensão social explosiva.

De todo modo, em relação às condições de vida nas cidades e à prevalência da economia de mercado na ordenação do espaço social, o diagnóstico elaborado por Georg Simmel em *A metrópole e a vida mental* é fundamental para compreendermos a nova forma de sociabilidade urbana. Segundo Frúgoli (2007, p.8), Simmel foi o pioneiro na utilização do conceito de sociabilidade (*Geselligkeit*) para buscar resposta à pergunta “como a sociedade é possível?”. O sociólogo alemão rejeitava tanto uma interpretação centrada no individualismo metodológico, como também uma visão holista que desconsiderava a subjetividade do sujeito em nome da totalidade do social. A abordagem da sociologia de Simmel tem como objetivo a compreensão das interações recíprocas entre os indivíduos e, deste modo, estas interações dão vida a sociedade, que não deve ser entendida como algo acabado, pelo contrário, ela deve ser entendida como algo “[...] continuamente constituído (e dissolvido) pelos indivíduos” (Frúgoli, 2007, p.8).

Com efeito, a atualidade do diagnóstico de Simmel refere-se à percepção da emergência de uma nova forma de sociabilidade, que se desenvolveu em um espaço social eminentemente novo, a saber, a grande cidade ou a metrópole. Muito embora sua análise tenha como objeto a cidade de Berlim na passagem do século XIX para o XX, as dinâmicas sociais descritas pelo autor inserem-se em um quadro mais amplo onde a problemática urbana reúne um conjunto de problemas que se manifestam de modo semelhante em diferentes metrópoles do mundo - São Paulo, Paris, Londres, Nova Déli, Tóquio, por exemplo.

A começar pelo título do texto *A metrópole e a vida mental*, é prudente dar a devida atenção ao significado da palavra metrópole, que, no momento da publicação, dizia respeito a uma espacialidade nova, não referente a uma cidade qualquer, mas a uma grande cidade. Esse é o primeiro problema, podemos, a partir disso, inferir que as cidades nunca tinham sido tão grandes; se algum observador chegar a essa mesma conclusão, em relação à grandeza das cidades na passagem do século XX para o XXI,

não seria nem um pouco estranho, o que nos remete a atualidade do diagnóstico e do problema.

A permanência histórica das problemáticas urbanas em relação à grandeza das cidades nos indica uma constatação importante e que será desenvolvida adiante: as grandes cidades ou metrópoles têm como imperativo o crescimento ilimitado; a ideia de grandeza, portanto, nos remete a ausência de limite. Atualmente, esse impulso ao crescimento ilimitado das cidades pode ser percebido não apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias.

A configuração socioespacial que constantemente se expande tornou-se possível a partir do poder econômico que não era apenas comercial, mas, sobretudo, industrial. A ordenação espaço-temporal realizada em função da indústria impactou tanto as cidades como o campo. As populações camponesas foram deslocadas para as cidades - esse movimento é caracterizado como êxodo rural -, para servir de mão de obra à indústria nascente. Os recursos naturais que compunham o meio ambiente e serviam de subsistência às populações camponesas passaram a ser explorados de modo selvagem pelas indústrias.

À concepção da cidade como espaço de negócios, devemos acrescentar a ideia da cidade como espaço da produção de mercadorias. “Este processo [...] tem a sua origem na afirmação do papel central que o nexo lugar de produção e mercado representa. O sentido da relação humana reduz-se a produção-troca-mercadoria” (CACCIARI, 2010, p. 31). Tal redução representa, em outros termos, a *monetarização da vida*. A economia de mercado passou a ocupar cada vez mais a vida social dos sujeitos que diuturnamente são constrangidos por diferentes dispositivos que dão forma e sentido a experiência urbana. À semelhança da vida no campo, que exige conhecimentos e práticas diversas para a agricultura e a subsistência, a vida nas grandes cidades exige dos cidadãos que se adaptem as mudanças ininterruptas e a contínua aceleração do tempo.

É nas grandes cidades que, segundo Simmel (1967), se processa o *desenraizamento*, onde o sujeito perde aquilo que lhe é próprio: valores, princípios, hábitos, costumes, etc. As formas de sociabilidade urbana impõem-se ao indivíduo, de modo a gerar um constrangimento que o leva a abandonar valores, princípios, hábitos e costumes que anteriormente davam sentido a sua existência. Surge, pois, a *nova forma de vida* nas grandes cidades, submetida à monetarização das relações sociais e à

aceleração do tempo. Para compreendermos essa nova forma de vida, entretanto, é necessário opor a sociabilidade urbana e a sociabilidade rural.

Segundo Simmel (1967), o homem é um ser que faz distinções e o ato de distinguir é fruto da nossa consciência. Em relação à sociabilidade rural, a vida e a paisagem do campo são uniformes, o que sugere distinções amenas. O ritmo do tempo é lento, em geral associado às estações do ano, à época da colheita, aos grandes trabalhos agrícolas, ou aos ciclos da lua; quanto às relações sociais, por sua vez, são pautadas pela pessoalidade e o sentimento afetivo, de modo que, nas relações de troca, o produtor e o freguês estão em relação direta. Em contrapartida, na sociabilidade urbana, a vida e a paisagem não são uniformes, as distinções são abruptas e o ritmo do tempo é continuamente acelerado,

Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai (SIMMEL, 1967, p.14).

A quantidade de estímulos psíquicos gerados nas grandes cidades ou metrópoles - tais como sons, odores, cores, texturas, mercadorias, pessoas, oportunidades e possibilidades de emprego, etc. - promovem a *intensificação da vida nervosa* que representa um estado de saturação mental. Também em contraposição a cidade pequena ou a sociabilidade rural, “[...] a metrópole moderna, [...], é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor” (SIMMEL, 1967, p.16). A impessoalidade torna-se, pois, um elemento constitutivo das relações sociais nas grandes cidades. Do mesmo modo, a *monetarização da vida* coloca o dinheiro como nivelador de todas as coisas, inclusive dos seres humanos,

o dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade na corrente constantemente em movimento do dinheiro (SIMMEL, 1967, p.19).

Outro aspecto importante dessa nova forma de vida é a noção de cálculo surgida do ritmo acelerado das grandes cidades. É imperativo não perder tempo, e, com efeito, a vida deve ser calculada, medida, contabilizada - isso pode ser representado através da sensação de estar correndo contra o tempo (relógio), muito embora essa danação não se restrinja apenas as metrópoles ou grandes cidades.

A *nova forma de vida urbana* compreende, afinal, elementos que, a exemplo do desenraizamento, da intensificação da vida nervosa e da monetarização da vida, estruturam a sociabilidade nas grandes cidades. Sendo assim, a sociabilidade urbana atua como uma “força externa” que constrange os sujeitos, fazendo com que eles busquem “[...] preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (SIMMEL, 1967, p15).

Uma vez que experiência urbana assenta-se na tensão entre as forças da sociedade e a subjetividade individual, a resposta psíquica dos cidadãos às forças ultrajantes da sociedade e do mercado tem como consequência o “[...] embotamento do poder de discriminar. O significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância” (SIMMEL, 1967, p.18). Tal sentimento de indiferença perante as coisas e o mundo é a essência da *atitude blasé*, atitude fundamental para suportar a quantidade exaustiva de estímulos que a metrópole cria. A *atitude blasé* é também consequência da *monetarização da vida*, cuja exigência de racionalização leva o homem a tratar os outros homens como números, “[...] como um elemento que é em si mesmo indiferente” (SIMMEL, 1967, p.15), sugerindo que insensibilidade ou frieza são elementos constitutivos da sociabilidade urbana.

A essa nova forma de vida corresponde um intensivo processo de individuação e de diferenciação constante dos sujeitos. A vida nas metrópoles ou grandes cidades, condicionada tanto pela possibilidade do anonimato como pelo cosmopolitismo, estimula a constituição de novas formas de vida, bem como de novos princípios, subjetividades e valores, que, quando reconhecidos socialmente tornam-se objeto de estima social. Analogamente, a cidade como espaço da liberdade (WEBER, 1999), abre-se às trocas humanas.

Às novas formas de vida, quer se manifestem como novas subjetividades, novos valores ou princípios, entretanto, podem dar ensejo à indiferença, ao desrespeito, ao preconceito, à violência e ao não reconhecimento. Com efeito, a grande cidade ou a metrópole atua como promotora de desigualdades crescentes, capazes de romper laços de solidariedade e tornar mais aguda a disputa por recursos e bens sociais escassos. “É

um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens” (SIMMEL, 1967, p.24).

As forças da sociedade compelem, assim, os homens a disputas crescentes, fazendo da grande cidade ou a metrópole um campo de tensão e complexidade, na medida em que elas recebem “[...] homens numa quantidade que a história da cidade ainda não conheceu” (MITSCHERLICH, 1972, p.6). O crescimento ilimitado de nossas cidades é consequência do aumento e da concentração populacional nos centros urbanos. Tais fatores, por sua vez, acarretam profundas transformações socioespaciais, posto que as cidades sofreram um processo de

[...] implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE,1999, p.26).

Há aí o limiar de uma zona crítica, pois a cidade distancia-se do que foi no passado, abrigando, desta vez, novos processos, dinâmicas, comportamentos e mentalidades. Quanto a essa nova configuração socioespacial, somos levados a indagar, “será porventura possível sentir-se em casa em cidades que não têm mais avenidas cercadas de árvores nem bancos que se ofereçam como descanso na multiplicidade fascinante da cidade?” (MITSCHERLICH, 1972, p.2). Se as relações sociais nas grandes cidades ou metrópoles fundamentam-se na insensibilidade e na frieza representadas pela *atitude blasé*, o que dizer a respeito da constituição espacial das cidades?

O fenômeno da implosão-explosão desagregou o espaço urbano de maneira que a organicidade, característica marcante de outros períodos históricos, foi substituída pela espontaneidade e a satisfação impetuosa de interesses privados na produção do espaço urbano. O aspecto nocivo desse processo é a dificuldade de construção de um projeto político da cidade que articule de modo profícuo diferentes interesses e constitua, com efeito, um espaço social capaz de incluir e reconhecer os cidadãos em suas diferentes fases da vida. A inexistência de um projeto político para a cidade torna-a invariavelmente um espaço social hostil e inóspito; nega-se, portanto, a dimensão coletiva da cidade e passam a se manifestar na configuração espacial da cidade, a frieza

e a insensibilidade. Desse modo, “*nuestras ciudades y nuestras viviendas son productos tanto de la fantasía como de la falta de fantasía, tanto de la magnanimidad como del egoísmo estrecho*” (MITSCHERLICH, 1969, p.9) <sup>4</sup>.

Deparamo-nos atualmente com o egoísmo e a completa falta de fantasia na construção urbana, que se reflete, segundo Mitscherlich (1972, p.8), na “manipulação dos mais fracos<sup>5</sup>”, pois o ambiente urbano, assim constituído, não é espaço vital para as diferentes fases da vida,

[...] o planejamento mercantil das nossas cidades se [efetua] evidentemente apenas para um tipo de pessoa, ou seja, para o adulto que trabalha, e, ainda assim, com muita deficiência. O planejamento deveria também respeitar as condições de que as crianças necessitam para se transformar em cidadãos satisfeitos e honestos (MITSCHERLICH, 1972, p.7).

Na mesma medida, os pobres sofrem os impactos desse processo, já que as moradias subsidiadas pelo poder público, os conjuntos habitacionais, são, em geral, localizados nas periferias das cidades, distantes dos equipamentos e serviços públicos necessários à vida cidadina. A “manipulação dos mais fracos” revela a polarização da cidade como lugar para morar e a cidade como espaço de negócios. Existem, pois, duas cidades uma cidade econômica e uma cidade social (SANTOS, 2008, p.107): enquanto aquela é alvo de grandes investimentos e obras, bem como de tudo o mais que diz respeito ao desenvolvimento econômico; a cidade social, o lugar onde por excelência onde a vida se realiza, é, por sua vez, alvo de investimentos modestos, não raro justificados pela falta de dinheiro ou recursos, e, portanto, excluída do discurso político. Tal valorização da cidade econômica em detrimento da cidade social enfraquece a dimensão coletiva da sociedade e anula a ideia de cidadania e cidadão, substituído pela figura do consumidor. Nossas cidades se apresentam, assim, inóspitas e salta à vista a imagem de um deserto urbano.

---

<sup>4</sup> “Nossas cidades e nossas casas são produtos tanto da fantasia como da falta de fantasia, tanto da generosidade como do egoísmo estreito” (MITSCHERLICH, 1969, p. 9, tradução nossa).

<sup>5</sup> A fraqueza, neste caso, diz respeito à ausência de representatividade na esfera política, o que torna minoritária as reivindicações e as necessidades de determinados grupos sociais, como por exemplo, as crianças e os idosos.

### 1.1.3 A urbanização brasileira

“Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira” (SANTOS, 2008, p.31). Em virtude de fragilidades e impossibilidades de permanência no campo das diversas regiões do Brasil, houve um deslocamento generalizado de pessoas, que rumaram para as grandes e médias cidades à procura de empregos e melhores condições de vida. O Brasil tornou-se urbano e sua “população urbana saltou de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões em 1980” (RIBEIRO, 2006, p.181).

A vitalidade econômica do capitalismo no Brasil, no entanto, circunscreveu-se a regiões específicas que se tornaram, afinal, o destino das populações migrantes. De tal processo migratório, resultou uma alta concentração demográfica, que foi responsável, primeiramente, por comprometer, no que tangeu às populações originárias do campo, a efetivação do modo de vida urbano - quer dizer, a realização de suas expectativas de emprego, de melhores condições de vida, de reconhecimento social e de acesso a bens e serviços públicos -, causando, pois, “[...] a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos” (RIBEIRO, 2006, p.182).

Desse modo, devemos atentar às “dimensões mais profundas da urbanização”, que atuaram no imaginário coletivo das populações migrantes e que são responsáveis pela “[...] reorientação da ação de contingentes populacionais: uma orientação que significa o fortalecimento do estilo de vida urbano, determinando-se a cidade, enquanto *locus* onde mais se efetiva esse modo de vida [...]” (PEREIRA, 1976, p.59). Uma vez que a imagem da cidade estava indissolúvelmente ligada à ideia de mobilidade social ascendente, as exigências de efetivação do modo de vida urbano das populações não-citadinas incluíram o emprego formal que, afinal, não ocorreu. Como consequência, a classe pobre foi atingida de modo dramático pelo desemprego e o subemprego urbano, ao passo que a parcela da população mais rica pôde concentrar e ampliar sua renda

Isso se demonstra pela distribuição da renda nacional, em que a participação dos 20% de brasileiros mais pobres viu-se comprimida, passando de 3,5% para 3,2% de 1960 a 1980, enquanto que, na mesma quadra, os 10% mais ricos elevaram de 39,7% para 49,7% sua participação na renda (RIBEIRO, 2009, p.23).

A especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos refere-se ao emprego urbano, que tende a se concentrar no setor terciário (SANTOS, 1980, p.83); ao

contrário, a urbanização nos países desenvolvidos reteve o emprego urbano, sobretudo, no setor secundário. As cidades dos países subdesenvolvidos, portanto, abrigam dois circuitos econômicos que participam conjuntamente do sistema global da cidade (SANTOS, 2005, p.95) e das vagas de emprego. Há o circuito superior, caracterizado pelos bancos, indústrias, comércios de exportação; e, por outro lado, há o circuito inferior “[...] abastecido pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala” (SANTOS, 2005, p.96). Este é, aliás, parte vital das ofertas de emprego nas cidades, que, caracterizadas, muitas vezes, pelo trabalho informal, revelam a existência de uma “urbanização terciária” (SANTOS, 2005, p.95), e, conseqüentemente, da deterioração do mercado de trabalho urbano.

As expectativas de efetivação do modo de vida urbano e o desencantamento em face das condições reais de existência representam, segundo Pereira (1976), o caráter sociopático da urbanização brasileira. Na medida em que um grande contingente populacional é deslocado, os espaços que abrigam as populações em êxodo devem possuir estruturas e serviços essenciais para acomodá-las - a exemplo de moradia, emprego, educação, saúde, segurança, lazer. Isso porque o acesso aos serviços básicos configura-se como um requisito para a garantia pública das necessidades materiais e não-materiais do indivíduo moderno.

Ao longo da história da urbanização brasileira, porém, a garantia pública do acesso a serviços básicos realizou-se de tal modo incipiente que aumentaram as desigualdades e intensificaram-se as patologias sociais. Tornou-se, enfim, generalizado, o mal-estar nas cidades, fruto de uma urbanização sociopática em que estão presentes a pobreza, as desigualdades sociais crescentes, as formas de exclusão e a violência. Assim, o mal-estar social que se deveu ao acirramento das desigualdades sociais no espaço urbano foi elemento constitutivo da urbanização brasileira.

## **2. A cidade na era global**

“A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 1996, p.11). Como modo de produção, a globalização do capitalismo alterou as relações sociais e trabalhistas: o trabalho, enquanto ação social indispensável à produção e reprodução da vida humana e alvo de conflitos seculares por parte dos trabalhadores que visam a melhores condições de trabalho e reconhecimento social, sofreu profundas

mudanças. Como processo civilizatório, a globalização intensificou os choques culturais na medida em que valores, ideias, comportamentos e padrões socioculturais passaram a ser disseminados mundialmente impactando, assim, diferentes povos, culturas e etnias.

Com efeito, a emergência da sociedade global se realiza através de rupturas históricas, podemos então situar no espaço e no tempo um ponto de inflexão, representados por esses eventos

*Desregulación de la circulación de capitales, derrumbe del comunismo y boom de la electrónica son los tres eventos desencadenantes - económico, político y tecnológico - que en los últimos diez años del siglo XX han permitido dar un salto de calidad a la mundialización del capital, fenómeno que había empezado a producirse con intensidad progresivamente creciente desde los Orígenes de la Edad Moderna (GALLI, 2002, p.119)<sup>6</sup>.*

A derrota do socialismo real colocou fim a Guerra Fria, que se estendeu do Pós-Segunda Guerra Mundial a 1991, e, no plano ideológico, a dissolução da URSS pôs fim ao bipolarismo impulsionado pela disputa da hegemonia entre a URSS e os EUA, ou seja, entre o socialismo real e o capitalismo. Em relação aos modelos de organização social, a economia de mercado venceu a disputa contra a economia planificada. Como consequência, a concorrência, o individualismo e a competitividade - apanágios da economia de mercado - tornaram-se os princípios constitutivos da sociabilidade contemporânea, manifestando-se tanto no processo educativo, desde a mais tenra infância, quanto nas relações profissionais, nas indústrias, empresas e instituições públicas.

A desregulamentação econômica proporcionou a constituição de uma estrutura global para o comércio e as finanças ao basear-se nos princípios da abertura de mercados e da flexibilização das leis trabalhistas. O primeiro deles, a abertura de mercados, envolveu as trocas econômicas mundiais, bem como a ideologia do desenvolvimento econômico que conduziu países subdesenvolvidos ao jogo instável dos mercados dominados pelas finanças. Quanto à flexibilização das leis trabalhistas, por sua vez, resultou no distanciamento do Estado de seu papel de intermediação dos conflitos entre capital e trabalho. Como corolário do individualismo, da concorrência e da competitividade, erigidos na sociabilidade contemporânea, testemunhamos o

---

<sup>6</sup> “Desregulamentação da circulação de capitais, queda do comunismo e o “boom” da eletrônica são os três eventos desencadeantes – econômico, político e tecnológico – que nos últimos dez anos do século XX têm permitido dar um salto de qualidade a mundialização do capital, fenômeno que havia começado a produzir-se com intensidade crescente desde as origens da Idade Moderna (GALLI, 2002, p.119, tradução nossa).

recrudescimento da dimensão coletiva da sociedade, cujos efeitos são a fragilização e instabilidade dos laços de solidariedade entre os indivíduos.

Por fim, a chamada revolução tecnológica radicalizou o quadro, já que as novas tecnologias possibilitaram uma reestruturação do processo produtivo nas indústrias, sustentada pelos avanços da eletrônica e da informática. E, como sabemos, tais mudanças acarretaram demissões em massa, através da substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas, de modo que muitos postos de emprego foram extintos e milhões de pessoas foram lançadas ao desemprego estrutural ou ao subemprego urbano.

Os três eventos listados acima - o fim da URSS, a desregulamentação econômica e a revolução tecnológica - caracterizam a ruptura histórica correspondente à expansão do capitalismo e à emergência de um novo período histórico. A globalização, portanto, pode ser definida “[...] *como la modalidad de acción, de producción y de elaboración cultural que impregna y determina todos los niveles de la existencia, es decir, como una época*” (GALLI, 2002, p.119)<sup>7</sup>. Alteram-se, assim, o horizonte de expectativas da humanidade, e, ao mesmo tempo, a consciência acerca do espaço. A globalização é, sobretudo, uma “revolução espacial”, em que

*Las fuerzas y energias históricas no aguardan, sin embargo, a la ciencia, como no espero tampoco Cristóbal Colón a Copérnico. Cada vez que mediante un nuevo impulso de ellas son incorporadas nuevas tierras y mares al ámbito visual de la conciencia colectiva de los hombres, se transforman también los espacios de su existencia histórica. Surgen entonces nuevas proporciones y dimensiones de la actividad histórico-política, nuevas ciencias, nuevas ordenaciones, vida nueva de pueblos nuevos o que volven a nacer. El ensachamiento puede ser tan grande, tan sorprendente, que cambien no sólo proporciones y medidas, no únicamente el horizonte externo del hombre, sino también la estructura del concepto mismo de espacio. Se puede hablar entonces de revolución espacial. Las grandes transformaciones históricas suelen ir acompañadas, en verdad, de una mutación de la imagen del espacio. En ella radica la verdadera medula de la amplia transformación política, económica y cultural que entonces se lleva a cabo* (SCHMITT, 2007, p.49)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> “[...] como a modalidade de ação, de produção e de elaboração cultural que impregna e determina todos os níveis da existência, a saber, como uma época” (GALLI, 2002, p.119, tradução nossa).

<sup>8</sup> “As forças e energias históricas não aguardam, sem embargo, a ciência, do mesmo modo que Cristóvão Colombo não esperou Copérnico. Cada vez que mediante um novo impulso delas (as forças históricas) são incorporadas novas terras e mares ao âmbito visual da consciência coletiva dos homens, se transformam também os espaços de sua existência histórica. Surgem então novas proporções e dimensões da atividade histórico-política, novas ciências, novas ordenações, vida nova de povos novos ou que voltam a nascer. A ampliação pode ser tão grande, tão surpreendente, que não mudem somente proporções e medidas, não unicamente o horizonte externo do homem, senão também a estrutura do conceito de espaço. Assim pode-se falar em revolução espacial. Grandes transformações históricas, frequentemente, vêm acompanhadas, em verdade, de uma mutação da imagem do espaço. Nela radica a verdadeira medula da ampla transformação política, econômica e cultural que então se leva a cabo” (SCHMITT, 2007, p. 49, tradução nossa).

O advento da sociedade global representa uma revolução espacial, na medida em que novas demandas e novos atores políticos emergem, em que as recentes tecnologias proporcionam a redescoberta da natureza e em que novas formas de poder engendram novos constrangimentos. Em suma, na medida em que se altera o horizonte da humanidade, altera-se, sobretudo, a compreensão do espaço, tal que as dinâmicas e processos locais e globais entram em convergência resultando em uma nova configuração sócio-espacial. O mundo passa a ser experimentado, por indivíduos e classes sociais, como um novo universo de compreensão e as distâncias geográficas são “encurtadas” pela tecnologia dos meios de comunicação e dos meios de transporte. Nesse sentido, a sociedade global do fim do século XX “[...] é a que se produz como condição e resultado da globalização do capitalismo” (IANNI, 1996, p.72).

A ideia da “produção da globalização” sugerida por Santos (2000) nos indica um aspecto fundamental para tornar inteligíveis as dinâmicas e processos da globalização e, uma vez que a partir da intencionalidade das ações podemos compreender a globalização enquanto ininterrupto processo de produção de “mais globalização”; é um processo que deve impetuosamente romper barreiras, transgredir fronteiras. Tal produção é, a propósito, impulsionada pela concentração de poder por parte das organizações e empresas transnacionais, bem como conglomerados midiáticos e elites globais. A percepção de que as dinâmicas e os processos globais são produzidos por atores específicos que possuem uma intencionalidade, entretanto, implica que a globalização deixa de possuir um caráter de inevitabilidade ou de único caminho possível, que corresponde ao seu aspecto ideológico, para ser compreendida como um processo que é constantemente produzido e reproduzido.

Nesse contexto, testemunhamos, de um lado, o surgimento de novas formas de soberania - organizações transnacionais, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) -, e, de outro, o surgimento de movimentos sociais e novas identidades coletivas, bem como a emergência de lutas por reconhecimento representadas por novos atores na história e, afinal, a constituição de novas hierarquias globais. Os movimentos sugerem, pois, a existência de uma “nova geografia da centralidade” (SASSEN, 1998, p.17), em que novas formas de soberania modificam as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e também o poder passa a se manifestar de novas formas, revelando, assim, assimetrias das estruturas de poder na era global.

Os estudos sobre a cidade exigem novas interpretações, pois “a globalização [...] alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-nação, das regiões transnacionais e das cidades” (SASSENN, 1998, p.11). A constituição de espaços transnacionais que escapam ao controle dos Estados e modificam a ideia de soberania nacional - principalmente nos países subdesenvolvidos -, representa uma nova configuração do poder em escala global, em que a soberania nacional passou a dividir espaço com outras formas de soberania. Em um contexto de capitalismo periférico, empresas e organizações transnacionais passam a influenciar ou até mesmo determinar as políticas nacionais a ponto de Estados-Nacionais dependerem desses grupos para gerar emprego e obter recursos financeiros. Tal subordinação revela o descompasso entre os interesses dos cidadãos e os interesses nacionais que se coadunam aos interesses das empresas e corporações transnacionais.

A racionalidade estatal orienta-se, desta vez, por princípios do mercado e a questão social é, conseqüentemente, relegada ao segundo plano. Evidência da dissolução do Estado Social como paradigma de governo, é que, por exemplo, “[...] *too much of our taxes now goes to bail outs of banks of luxury projects... and that is why the social contract between the liberal state and the middle classes is broken*” (Sassen, 2013) <sup>9</sup>. Um volume significativo dos recursos públicos é, pois, destinado ao setor privado, causando, por um lado, o avanço das privatizações em todos os níveis do Estado, e, por outro, a diminuição dos investimentos em equipamentos e serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, segurança, e o prejuízo da qualidade de vida do conjunto da sociedade. As mudanças atingem de maneira dramática a classe pobre, incluída perversamente no sistema capitalista, visto que quando o Estado Social não se faz presente, a exclusão social e o não-reconhecimento atuam na promoção de patologias sociais.

As cidades tornam-se, enfim, “[...] reservatórios desesperançados que abrigam todas as espécies de desespero social” (SASSEN, 1998, p.159). O desemprego estrutural urbano e o subemprego, a segregação socioespacial, a ineficiência ou a não-existência de serviços públicos a uma parcela da população crescente revelam o “[...] *continuo*

---

<sup>9</sup> “[...] A maior parte de nossos impostos são destinados para o resgate financeiro de bancos e projetos de luxo.. e este é o porque do contrato social entre o Estado liberal e a classe média ter se rompido” (Sassen, 2013, tradução nossa).

*creștere e aprofundării delle disuguaglianze sociali*” (SECCHI, 2013, p.VIII) <sup>10</sup>. O aumento da distância entre ricos e pobres, que testemunhamos nas últimas décadas, e as consequências sociais e espaciais da reestruturação do capitalismo, da sociedade e das cidades “[...] *sono uno dei più rilevanti aspetti di ciò che indico come <nuova questione urbana> e che questa è una causa non secondaria della crisi che oggi attraversano le principali economie del pianeta*” (SECCHI, 2013, p.IX) <sup>11</sup>.

Para Secchi, a nova questão urbana abriga, portanto, uma crise política, social, econômica, ambiental, institucional, cultural e, sobretudo, moral. A magnitude do problema não deve nos levar à inação, muito pelo contrário, deve nos conduzir a um entendimento global do “*DNA of our epoch*” (SASSEN, 2014, p.7) <sup>12</sup>, que se revela a partir das tendências atuais,

*at one end this take the shape of global outsourcing of manufacturing, services, clerical work, [...], and the raising of industrial crops to low-cost areas with weak regulation [...] The second is the ascendance of finance in the network of global cities[...] What is new and characteristic of our current era is the capacity of finance to develop enormously complex instruments that allow it to securitize the broadest-ever, historically speaking, range of entities and processes*(SASSEN, 2014, p.9) <sup>13</sup>.

A precarização das condições de trabalho, representada pela terceirização e a financeirização da economia implicam profundas consequências sociais ao promoverem outras desigualdades. Aqui, o trabalho passa a ser desregulamentado e os trabalhadores perdem garantias sociais historicamente conquistadas - a exemplo do auxílio desemprego -, na medida em que ocorrem a dissolução do Estado Social e a crescente diminuição das garantias sociais. A financeirização da economia, por sua vez, promove volumosos lucros às elites globais e, a um só tempo, faz com que países subdesenvolvidos, necessitados da obtenção de recursos, assumam dívidas impagáveis e tenham como horizonte o corte de gastos públicos para honrar a dívida com credores

---

<sup>10</sup> “O contínuo crescimento e aprofundamento das desigualdades sociais” (SECCHI, 2013, p. VIII, tradução nossa).

<sup>11</sup> “[...] São um dos mais relevantes aspectos do que indico como <nova questão urbana> e que esta é uma causa não secundária da crise que hoje atravessam as principais economias do planeta” (SECCHI, 2013, p. IX, tradução nossa).

<sup>12</sup> “DNA de nossa época” (SASSEN 2014, p.7, tradução nossa).

<sup>13</sup> “De um lado, isso toma a forma de uma terceirização global da produção de mercadorias, serviços, trabalho de escritório, [...], e a emergência de indústrias de baixo-custo em áreas com fraca regulamentação [...]. Por outro lado, temos a ascensão das finanças na rede de cidades globais [...]. O que é novo e característico do nosso momento atual é a capacidade do setor financeiro em desenvolver instrumentos enormemente complexos que permitem a securitização sempre mais ampla, historicamente falando, de uma gama de entidades e processos” (SASSEN, 2014, p.9, tradução nossa).

financeiros - esse fato compromete a existência do Estado Social, visto que a prioridade do Estado passa a ser equilibrar as contas públicas para saldar os compromissos financeiros, e isso se realiza a custo de prejuízos sociais. Esse movimento sugere “*the emergence of new logics of expulsions*” (SASSEN, 2014, p.1)<sup>14</sup>.

Na medida em que decrescem as garantias sociais em relação ao emprego, previdência social, assistência social, serviços públicos, os laços de solidariedade são rompidos e os indivíduos encontram-se abandonados a própria sorte. Testemunhamos, pois, a emergência do que pode ser caracterizado como classes sociais desamparadas. Encontram-se elas expulsas das benesses econômicas e sociais que são usufruídas por um número limitado de pessoas, essa nova tendência torna-se evidente através das

[...] pessoas sem-teto e famílias revolvendo a sua volta em inútil busca de abrigo, pedintes nos transportes públicos cuspidos estórias comoventes de desastres pessoais e de abandono, pontos de distribuição de sopa para os pobres apinhados, não apenas mendigos, mas também desempregados e subempregados; os surtos de crimes predatórios e explosão da economia informal (e frequentemente ilegal), de rua encabeçada pelo comércio de drogas; o desânimo e a fúria da juventude excluída de empregos remunerados e o ressentimento dos velhos trabalhadores tornados obsoletos pela desindustrialização e pelo aperfeiçoamento tecnológico; a sensação de retrocesso, o desespero e a insegurança que permeiam bairros pobres, presos em uma interminável espiral de deterioração; e a escalada da violência etnorracial, da xenofobia e da hostilidade dirigida aos pobres, como expressa, por exemplo, a proliferação de medidas penais e policiais contra a vadiagem e outros “comportamentos subcriminosos”, que constituem uma “criminologia da intolerância” (WACQUANT, 2001, p.159).

É possível discernir duas dimensões correlatas desse fenômeno e que se influenciam mutuamente: a dimensão social e a dimensão espacial. Na primeira delas, novas lógicas de expulsões sustentam-se através da dissolução do Estado Social e da subsequente constituição do Estado penal que “[...] converteu a prisão em aspirador social [...]” (Arantes, 2014, p.141), da população problemática e indesejada. Há, daí, “[...] um novo paradigma de governo da insegurança social” (Arantes, 2014, p.142), pois são mínimas as garantias de bem-estar na sociedade, condenando parcelas da população ao desamparo. Na medida em que são negados os direitos civis, políticos, sociais e econômicos que efetuem a garantia pública das necessidades materiais e não-materiais do indivíduo moderno, inexistem os cidadãos e a cidadania; existe, sim, uma situação de injustiça social. Com efeito, as condições de desenvolvimento da vida

---

<sup>14</sup> “A emergência de novas lógicas de expulsões” (SASSEN, 2014, tradução nossa).

humana são severamente comprometidas de modo que a concepção de vida boa e justa é esvaziada de sentido.

A dimensão espacial que se conforma com o resultado do movimento da sociedade, e “[...] mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1992, p.49), manifesta as desigualdades sociais espacialmente. “*Nel grande teatro metropolitano la ingiustizie sociali sempre più si rivelano nella forma di ingiustizie spaziali*” (SECCHI, 2013, p.5)<sup>15</sup>. A topografia de contraste - representada pela diferenciação qualitativa dos espaços de que se compõe a cidade contemporânea -, sugere segundo Secchi (2013), a existência de duas cidades: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Assim é que, atualmente, a segregação socioespacial ganha contornos mais nítidos entre as áreas valorizadas economicamente e as áreas que não o são. Quanto às primeiras delas, há a tendência à constituição de espaços fechados, denominados “gated communities”<sup>16</sup>.

*Le smart cities statunitensi come le Alphaville brasiliane le utilizzano entro una grande retorica di marketing nella quale il tema della sicurezza, da una parte, e quello della qualità ambientale, dall'altra divengono i pilastri della costruzione di una nuova società* (SECCHI, 2013, p.35)<sup>17</sup>.

Nas comunidades fechadas, os ricos criam a sua própria cidade, uma cidade exclusiva, cuja segurança se pauta por princípios privatistas capazes de limitá-las a comunidade dentro dos muros; está fora do discurso concernente à segurança de tais cidades uma dimensão coletiva da sociedade; inexistente, portanto, uma concepção de segurança pública. A retórica da segurança “[...] é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos” (BAUMAN, 2009, p.16), mas, sobretudo, pelo medo dos pobres e da pobreza. A relação entre medo e o imaginário coletivo implica nomear um inimigo, pois,

*[...] la paura del povero, dello straniero, del nomade, del diverso ha originato spesso la domanda di specifiche politiche di esclusione, di controllo, di allontanamento o internamento, che hanno, portato il più delle*

---

<sup>15</sup> “No grande teatro metropolitano as injustiças sociais sempre mais se revelam na forma de injustiças espaciais” (SECCHI, 2013, p.5, tradução nossa).

<sup>16</sup> “Comunidades fechadas” (tradução nossa).

<sup>17</sup> “As cidades inteligentes estadunidenses, assim como o Alphaville brasileiro tem utilizado uma retórica de marketing nos quais o tema da segurança, de uma parte, e a busca por qualidade ambiental, de outra, tornam-se os pilares da construção de uma nova sociedade” (SECCHI, 2013, p.35, tradução nossa).

*volte anche all'ossessiva ricerca e stigmatizzazione di determinati gruppi social (SECCHI, 2013, p.21)*<sup>18</sup>.

A estigmatização de grupos sociais vinculada a ideia de classes perigosas impossibilita relações de reconhecimento recíproco, bem como a existência de laços de solidariedade entre os membros da sociedade. Com efeito, “[...] *la questione urbana si rivela sempre più come esplosione di nuovi sistemi di intolleranza*” (SECCHI, 2013, p.22)<sup>19</sup>.

A distinção como um “[...] *qualificativo di una persona, di un gruppo o di un luogo*” (SECCHI, 2013, p. 31)<sup>20</sup>, é elemento inseparável da cidade dos ricos, que se conforma, assim, naquilo que podemos chamar de capital espacial. A cidade dos ricos é, por exemplo, construída nos lugares mais bem protegidos de intempéries da natureza, tais como vento, chuva ou inundações; suas edificações são, igualmente, feitas com melhores materiais e sua localização geográfica é privilegiada pela proximidade ou pela facilidade de acesso aos equipamentos e serviços que a cidade dispõe. Tais elementos demonstram-se formas de privilégio, distinção e, conseqüentemente, exclusão daqueles que não podem e não devem participar desta forma de sociabilidade restrita. O capital espacial, portanto, constitui-se de modo relacional com outras formas de capital: o capital cultural, o econômico e o social.

As possibilidades de viver e morar bem na cidade contemporânea, portanto, não se apresentam enquanto direito de todos; ao contrário, é, sobretudo, direito de quem tenha a capacidade econômica de dispor desses recursos.

O poder e a tirania do dinheiro aniquilam a ideia da cidade “[...] *come spazio dell'integrazione sociale e culturale*” (SECCHI, 2013, p.3)<sup>21</sup>. Não se estabelece o vínculo entre indivíduos e grupos sociais, o que compromete as relações políticas; de modo mais amplo, não se constituem relações harmônicas entre os valores, pontos de vista e interesses, de maneira que inexiste o senso comum da vida e da sociedade.

Assim como a riqueza não pode ser definida única e exclusivamente pela renda, pois ela está ligada “[...] *al tipo de tipo de occupazione, alla posizione nel mercato del*

---

<sup>18</sup> “[...] O medo do pobre, do estrangeiro, do nômade, do diverso tem originado, frequentemente, a demanda de específicas políticas de exclusão, de controle, de encarceramento ou internamento que tem levado, na maioria das vezes, a uma obsessiva busca de estigmatização de determinados grupos sociais” (SECCHI, 2013, p.21, tradução nossa).

<sup>19</sup> “[...] a questão urbana se revela sempre mais como a explosão de novos sistemas de intolerância” (SECCHI, 2013, p.22, tradução nossa).

<sup>20</sup> “[...] qualificativo de uma pessoa, de um grupo ou de um lugar” (SECCHI, 2013, p.31, tradução nossa).

<sup>21</sup> “[...] Como espaço de integração social e cultural” (SECCHI, 2013, p.3, tradução nossa).

*lavoro e nelle strutture di potere; al livello di istruzione; ai tipi di consumi; ai caratteri, alla dimensione e all'ubicazione della propria abitazione, ai luoghi abitualmente frequentati [...]” (SECCHI, 2013, p.15)* <sup>22</sup>, assumindo, portanto um caráter pluridimensional e que se manifesta em diferentes aspectos da vida social.

*In modo analogo, povera non è solamente la persona, la famiglia o il gruppo che dispone di un reddito e di un patrimonio esigui, ma anche quella che di fatto non dispone, neppure potenzialmente, della possibilità di usufruire di alcuni beni e servizi essenziali per la sopravvivenza, come ad esempio le cure mediche; che non ha accesso all'istruzione o all'assistenza sociale nelle sue diverse forme e il cui capitale spaziale la esclude dai più elementari diritti di cittadinanza; che viene stigmatizzata ed <etichettata> in funzione del suo luogo di residenza (SECCHI 2013, p.17)* <sup>23</sup>.

A pobreza constitui-se como uma condição que inviabiliza a garantia das necessidades materiais e não-materiais do indivíduo moderno. Portanto, ela não pode ser reduzida em função da renda econômica, que diz respeito ao aspecto material do problema; deve, na verdade, ser compreendida em uma dimensão mais ampla, em um conjunto de desigualdades, tanto materiais como não-materiais. A abordagem da pobreza a partir de critérios puramente econômicos, outrossim, acarreta soluções parciais, já que um problema essencialmente pluridimensional é aí encarado apenas em uma de suas dimensões. Na medida em que as injustiças sociais revelam-se na forma de injustiças espaciais (SECCHI, 2013), a percepção da topografia de contraste - a riqueza e a pobreza, o luxo e a miséria -, permite-nos um entendimento global do problema.

As diferenças entre os espaços ganham relevo a partir da noção de capital espacial. Ora, se a cidade dos ricos pode ser definida através do seu capital espacial, a cidade dos pobres é caracterizada pela sua ausência, de modo que os espaços destinados a cidade dos pobres podem ser caracterizados como “bad lands<sup>24</sup>”. Elas são

*Aree umide, paludose o facilmente inondabili, geologicamente instabili, prossime ai cimiteri, alle prigioni o agli ospedali, in ogni modo ai luoghi di*

<sup>22</sup> “[...] ao tipo de ocupação, a posição no mercado de trabalho e na estrutura dos poderes; ao nível de instrução, aos tipos de consumo; as características, a dimensão e ao tipo de construção da habitação, aos lugares habitualmente frequentados” (SECCHI, 2013, p.15, tradução nossa).

<sup>23</sup> “De modo análogo, pobre não é somente a pessoa, família ou grupo que dispõe de uma renda e de um patrimônio exíguo, mas antes aqueles que de fato não dispõem, nem mesmo potencialmente, da possibilidade de usufruir de alguns bens e serviços essenciais para a sobrevivência, como por exemplo, o tratamento médico; que não tem acesso a instrução ou a assistência social nas suas diversas forma e os quais o capital espacial os exclui dos mais elementares direitos a cidade, que vem estigmatizada e <etiquetada> em função do seu lugar de residência” (SECCHI, 2013, p.17, tradução nossa).

<sup>24</sup> “Terras ruins” (tradução nossa).

*internamento; vicine alla ferrovia, ai viadotti autostradali o della metropolitana, alle grandi industrie o racchiuse tra diverse barriere infrastrutturali, rumorose, <oltre la mura> e mal servite dal trasporto pubblico, in fondo all valle, poco soleggiate e sottovento, ove in passato si erano insediate le bidonvilles o, più semplicemente, lontane del centro della città e dai luoghi in cui abitano i ricchi*(SECCHI, 2013, p.42)<sup>25</sup>.

Espaços assim ganham diferentes nomes: favelas, *banlieues*, *slums*, sendo que todos eles têm em comum o fato de abrigarem os pobres urbanos. Ou nos termos de Wacquant (2001), “os condenados da cidade”. São condenados aqueles que estão destituídos de dignidade e reconhecimento em função das péssimas condições em que se encontram econômica e espacialmente, permanecendo excluídos social, política e culturalmente da formação discursiva da vontade política.

Em contraposição as áreas “luminosas”, ou seja, centro da cidade ou os bairros economicamente valorizados, os bairros populares, em geral periféricos, apresentam-se ainda como zonas urbanas opacas (SANTOS, 1994), espaços degradados, e, mais, como “[...] áreas “barras-pesadas”, “proibidas”, claramente identificadas, não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes, como antros urbanos em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias da sociedade suportariam viver” (WACQUANT, 2001, p.195). É partir da ênfase exaustiva na violência e nos crimes ocorridos em bairros populares que a situação de miséria e desamparo a que populações são submetidas seletivamente são esquecidas. A violência e o tráfico de drogas passam a definir o bairro e seus moradores - isso se torna evidente através das entrevistas realizadas com moradores do bairro São Rafael em Araraquara. Muito embora o bairro tenha sido construído pelo poder público, ele é visto, segundo os entrevistados, como uma favela e apelidado de cidade de Deus - em menção a favela carioca dominada pelo tráfico de drogas e milícias. É de se notar que o apelido do bairro São Rafael (cidade de Deus), coloca em suspenso todas as diferenças sócio-espaciais entre a cidade de Araraquara e o Rio de Janeiro. A partir de uma redução brutal e violenta associa-se a imagem de um bairro localizado em uma cidade no interior de São Paulo, com uma favela localizada no Rio de Janeiro e que sofre intervenção do exército brasileiro na

---

<sup>25</sup> “Áreas úmidas, pantanosas ou facilmente inundáveis, geologicamente instáveis, próximas de cemitérios, a prisões ou hospitais, de todo modo lugares de internamento; vizinhos de ferrovias, de viadutos de auto-estradas ou do metrô, próxima de grandes indústrias ou entre diversas barreiras infra-estruturais, lugares barulhentos, <apesar das paredes> e mal servido de transportes públicos, no fundo de vales, com pouca luz e pouco vento, onde no passado eram estabelecidos os bairros operários ou, mais simplesmente, distante do centro da cidade e dos lugares nos quais habitam os ricos” (SECCHI, 2013, p.42, tradução nossa).

tentativa de promoção da chamada pacificação das favelas. Estas são duas realidades completamente distintas. No entanto, o bairro de Araraquara recebe o peso do estigma de uma favela carioca. É desse modo que a violência, real ou imaginada, vincula-se a imagem do bairro, constituindo um “estigma territorial impregnado” (WACQUANT, 2001, p.196), que acompanha os moradores em toda a vida social e os marca não como cidadãos, mas sim como pessoas culpadas pela sua própria situação e, portanto, merecedoras deste destino.

A reflexão acerca da produção do espaço nas cidades nos remete, a seu modo, a constituição desigual do espaço urbano, pois “as opções de organização espacial e urbana têm relação direta com as tendências à redução ou aumento da pobreza” (SANTOS, 1992, p.84). Com efeito, a produção do espaço urbano pode promover tanto a inclusão como a exclusão. Ora, se o poder público, baseado em suas atribuições legais, promove a constituição de bairros populares no limite urbano da cidade, longe de hospitais, escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer, áreas esportivas, centros culturais, é evidente que a injustiça social que se converte em injustiça espacial é um elemento constitutivo da cidade contemporânea.

### **3. A epistemologia moral do reconhecimento**

Em *A luta por reconhecimento*, Axel Honneth elabora uma teoria social de caráter normativo para analisar “a gramática moral dos conflitos sociais”. O modo de tornar inteligível sua “gramática moral” se dá através da ideia de luta por reconhecimento. Retomando a tradição filosófica que concebe o homem como um ser social dependente de seus parceiros de interação, Honneth (2003) reconstitui o caminho abandonado pelo jovem Hegel, ao qual o reconhecimento intersubjetivo assumiu um papel central na reflexão filosófica. O modelo conceitual hegeliano de luta por reconhecimento sustentava-se em princípios metafísicos, sendo assim:

*[...] La simple afirmación de una conexión obligatoria entre autoconciencia y reconocimiento intersubjetivo no podía bastar: si había que explicar cómo la experiencia del reconocimiento podía tener como efecto un avance en el ámbito de la moral, era necesaria una explicación adicional de la reciprocidad dinámica que debía existir entre la adquisición intersubjetiva de autoconciencia y el*

*desarrollo moral de sociedades enteras* (HONNETH, 2010, p.19-20)<sup>26</sup>.

A “explicação adicional” foi elaborada por Honneth por meio de estudos empíricos nas áreas de sociologia e, sobretudo, em psicologia social. O suporte teórico dessas duas disciplinas imprimiu um caráter materialista à ideia de reconhecimento intersubjetivo, a partir dos estudos psicanalíticos sobre o processo de formação da consciência individual que, necessariamente, envolve formas de socialização que vão desde o seio da família até a sociedade civil. E, também, sobretudo, nos estudos empíricos que buscam analisar as consequências psíquicas da tortura, da exclusão social e das formas de desrespeito. Com base nesses estudos, foi possível tornar claro o nexo moral que liga a formação da autoconsciência e o reconhecimento intersubjetivo. Ou seja, a relação que o sujeito tem consigo e com o mundo prático depende essencialmente do reconhecimento, assentimento ou encorajamento que seus parceiros de interação lhe atribuem.

Para Honneth (2003), existem três formas de reconhecimento intersubjetivo; são elas: relações primárias (amor, amizade), relações jurídicas (direito), estima social (solidariedade). O desenvolvimento pleno das formas de reconhecimento intersubjetivo permite ao sujeito o estabelecimento de uma autorrelação prática que tem como fundamento a autoconfiança aprendida com a família através do amor e da amizade, o autorrespeito constituído a partir da possibilidade de desfrutar dos mesmos direitos dos seus parceiros de interação e a auto-estima que dá ao sujeito a possibilidade de “[...] referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p.198). Esses modos de autorrelação prática se colocam como requisitos básicos para que os sujeitos tenham plena condição de participar da formação discursiva da vontade na esfera pública. Nesse sentido, *“parece, pues, que con estos três modelos de reconocimiento, quedan establecidas las condiciones formales de relaciones de*

---

<sup>26</sup> “[...] A simples afirmação de uma conexão obrigatória entre autoconsciência e reconhecimento intersubjetivo não poderia bastar: tinha que ser explicado como a experiência do reconhecimento podia ter como efeito um avanço no âmbito da moral, era necessária uma explicação adicional da reciprocidade dinâmica que deveria existir entre a aquisição intersubjetiva de autoconsciência e o desenvolvimento moral de sociedades inteiras” (HONNETH, 2010, p.19-20, tradução nossa).

*interacción en el marco de las cuales los humanos pueden ver garantizadas su dignidad o su integridad” (HONNETH, 2010, p.30) <sup>27</sup>”*

### **3.1 As três formas de reconhecimento intersubjetivo**

A caracterização de Axel Honneth para a primeira forma de reconhecimento intersubjetivo, presente nas relações primárias de amor e amizade, encontra-se na relação entre pais e filhos. Fala-se em amor, mas não no sentido sexual do termo. “Por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas [...]” (HONNETH, 2003, p.159). Neste sentido, o autor coincide com Hegel, pois para o segundo,

O amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes em seu estado carencial do respectivo outro (HONNETH, 2003, p.160).

A socialização a partir da família é anterior a todas as outras formas de socialização – e é exatamente nisso que reside sua importância formativa, pois a relação entre a mãe e o filho será o nexo explicativo da primeira forma de reconhecimento intersubjetivo que, segundo Hegel, será caracterizada como um “ser-si-mesmo em um outro”. Para considerar a relação amorosa entre mãe e filho como uma forma de reconhecimento intersubjetivo, foi preciso criticar e superar a concepção do desenvolvimento da vida pulsional infantil que a psicanálise tem por objeto. Nesse caso,

Para Freud e seus sucessores, os parceiros de interação da criança só tiveram importância de início na medida em que se apresentavam como objetos de investimentos libidinosos que resultavam do conflito intrapsíquico de demandas pulsionais inconscientes e de controle do ego gradualmente emergente (HONNETH, 2003, p.161).

Há aí a concepção segundo a qual a relação da criança com outras pessoas da família como mero instrumento que atua no desdobramento das pulsões libidinosas, ligando o desenvolvimento infantil estritamente à questão da libido e ao investimento

---

<sup>27</sup> “[...] parece, pois, que com estes três modelos de reconhecimento, ficam estabelecidas as condições formais das relações de interação no marco das quais os homens podem ver garantidas sua dignidade e sua integridade” (HONNETH, 2010, p.30, tradução nossa).

libidinal (HONNETH, 2003). São, no entanto, as novas correntes da psicologia que colocam em questão o pressuposto freudiano. A partir das investigações empíricas de René Spitz, Honneth (2003, p.161) chega à conclusão que, “suas observações haviam mostrado que a privação da dedicação materna leva a graves distúrbios no comportamento do bebê mesmo quando, malgrado a isso, a satisfação de todas as suas carências corporais está assegurada”. Consequentemente,

na medida em que não somente a libertação das tensões pulsionais mas também o conforto no contato corporal fazem parte das qualidades, necessárias à vida, desse mundo indiferenciado de experiências, o bebê depende desamparadamente de que a mãe lhe demonstre amor através das formas de “colo” [*Halten*], exigidas pelas carências (HONNETH, 2003, p.166).

Tem-se em vista, portanto, que a relação entre mãe e filho não se restringe ao investimento libidinal da criança. O contato corporal, nesse caso, torna-se imprescindível para o pleno desenvolvimento infantil, uma vez que a construção da relação simbiótica entre mãe e filho se dá não somente pela satisfação das necessidades básicas, mas também, e sobretudo, pelas experiências de conforto e segurança. Incorporando esses novos pressupostos, a teoria começou a apontar

para a importância duradoura das experiências interativas primeiras e pré-linguísticas: se o processo de socialização dependia determinantemente das experiências que a criança pequena faz no relacionamento afetivo com seus primeiros parceiros de relação, então não podia mais ser mantida em pé a concepção ortodoxa segundo a qual o desenvolvimento psíquico se efetua como uma sequência de formas de organização da relação “monológica” entre pulsões libidinosas e capacidade do ego (HONNETH, 2003, p.162).

Fez-se, assim, necessária a busca de maior amplitude teórica para a psicanálise, que deveria levar em conta “a dimensão independente de interações sociais no interior da qual a criança aprende a se conceber como um sujeito autônomo por meio da relação emotiva com outras pessoas” (HONNETH, 2003, p.163). Pois, para Honneth,

em seus primeiros meses de vida, a criança pequena depende a tal ponto da complementação prática de seu comportamento pelos cuidados maternos que ela representa uma abstração errônea quando a pesquisa psicanalítica a considera um objeto de investigação independente, isolada de qualquer pessoa de referência (HONNETH, 2003, p.164).

Portanto, a questão não se coloca como se o investimento libidinal não fosse importante para o desenvolvimento da criança; na verdade, o que importa é a compreensão de que existem outros elementos na dinâmica constitutiva do desenvolvimento psíquico infantil. Por exemplo, as experiências interativas na primeira infância, que se referem tanto ao conforto como a segurança, são fundamentais para um pleno desenvolvimento psíquico. A assistência materna se funde com a criança, o “[...] que torna plausível supor [...] uma fase de intersubjetividade indiferenciada, de simbiose portanto” (HONNETH, 2003, p.164). A simbiose “[...] significa que os dois parceiros de interação dependem aqui, na satisfação de suas carências, inteiramente um do outro, sem estar em condições de uma delimitação individual em face do respectivo outro” (HONNETH, 2003, p.166). Esse momento é caracterizado como uma fase de “dependência absoluta”, que é, contudo, parte integrante do processo de individuação.

No interior desse quadro, o psicanalista Donald Winnicott se ocupou da questão, “como se constitui o processo de interação através do qual mãe e filho podem se separar do estado do indiferenciado ser-um, de modo que eles aprendem a se aceitar e amar, afinal, como pessoas independentes?” (HONNETH, 2003, p.165). Donald Winnicott já tem como pressuposto, em função da pergunta, a ideia de que a solução dessa tensão entre a mãe e o filho em estado simbiótico está na própria interação dos dois sujeitos implicados. Isso porque em um determinado momento à “unidade simbiótica” entre mãe e filho começa a se dissolver exatamente no momento em que a mãe volta “[...] a ampliar seu campo de atenção social, porque sua identidade primária e corporal com o bebê começa a fluidificar” (HONNETH, 2003, p. 167). A mãe, nesse caso, não pode mais satisfazer todos os desejos da criança:

[...] a pessoa da mãe passa a ser vivenciada pela primeira vez como algo no mundo que não está sob o controle da própria onipotência, então isso significa para a criança, ao mesmo tempo, uma percepção germinal de sua dependência: ela sai da fase da “absoluta dependência” porque a própria dependência em relação à mãe entra em seu campo de visão, de modo que ela aprende agora a referir seus impulsos pessoais, propositadamente, a certos aspectos da assistência, materna (HONNETH, 2003, p. 167)

Abre-se uma nova etapa, passamos da “dependência absoluta” para a “dependência relativa”. Isso dá base para entendermos a relação do “ser-si-mesmo em um outro”, “o qual pode ser concebido como padrão elementar de todas as formas maduras de amor” (HONNETH, 2003, p.168). O estado de “dependência relativa”

forma, no horizonte da criança, um “processo de desilusão”, pois “[...] a pessoa fantasiada até então como parte de seu mundo subjetivo escapa gradativamente de seu controle onipotente, ela precisa chegar a um ‘reconhecimento do objeto como um ser com direito próprio’” (HONNETH, 2003 p.168). Para além do processo de desilusão da criança, aparece também em seu horizonte a possibilidade de reequacionar esse conflito a partir de dois mecanismos psíquicos. Estes mecanismos psíquicos serão conceituados por Winnicott com os termos de “destruição” e “fenômenos transicionais”. No que se refere ao processo de “destruição”,

[...] o bebê desenvolve logo uma disposição para atos agressivos, dirigidos primariamente à mãe, percebida agora também como independente; como que para rebelar-se contra a experiência do desvanecimento da onipotência, ele procura destruir o corpo dela, vivenciado até aqui apenas como fonte de prazer, aplicando-lhe golpes, mordidas e empurrões. (HONNETH, 2003, p.168).

Os atos destrutivos “[...] formam os meios constitutivos com base nos quais a criança pode chegar a um reconhecimento da mãe, isento de ambivalência, como ‘um ser com direito próprio’” (HONNETH, 2003, p.169). No entanto, a mãe deve resistir às investidas agressivas da criança, pois, “[...] só na tentativa de destruição de sua mãe, ou seja, na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independentemente dela, como um ser com pretensões próprias” (HONNETH, 2003, p.170). Isso posto, a mãe também deve chegar à conclusão de que seu defrontante é uma pessoa independente, apesar de ainda depender dela na satisfação de suas necessidades. Nesse caso, “a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra” (HONNETH, 2003, p.170).

O processo de individuação da criança é resultado da manifestação de comportamentos agressivos, direcionados a mãe, e que se colocam como condição necessária ao desenvolvimento de uma nova forma de ligação entre os dois sujeitos implicados. “Na ligação que surgiu agora, a criança pode reconciliar sua afeição pela mãe [...] com a experiência da autonomia desta” (HONNETH, 2003, p.169). A passagem do estado de “dependência absoluta” para o estado de “dependência relativa” pode ser compreendido nos termos de um equilíbrio entre autonomia e simbiose.

Adiante, a busca do reconhecimento intersubjetivo atinge um novo patamar e o re-equacionamento do conflito, em que ambos os implicados se concebem como

peças independentes dotadas de direitos e de vontade própria, constitui as bases para o reconhecimento afetivo. A efetivação do equilíbrio entre autonomia e simbiose tem por base um desdobramento pleno do segundo mecanismo psíquico: os “fenômenos transicionais”. Os fenômenos transicionais consistem “[...] na forte inclinação das crianças de poucos meses de idade para contrair uma relação afetivamente investida com objetos de seu ambiente material” (HONNETH, 2003, p.170). Esses objetos que são fruto do investimento afetivo das crianças encontram-se em um domínio indeterminado entre a realidade e a fantasia. No entanto, essa indeterminação pouco importa, pois os próprios pais também concebem esses objetos num domínio indeterminado, compartilhando, então, a visão da criança. Levando-se em conta “[...] a fase evolutiva em que ocorre a descoberta desses objetos referenciais intermediários, então é natural supor primeiramente que eles representam formações substitutivas para a mãe, perdida na realidade exterior” (HONNETH, 2003, p.171). Porém, “[...] nesse modo de emprego lúdico e examinador da realidade, vem à luz também que a função dos objetos transicionais não pode limitar-se a assumir simbioticamente o papel da mãe vivenciada no estado de fusão” (HONNETH, 2003, p.171). Para Winnicott, portanto

os objetos transicionais seriam de certo modo elos de mediação ontológica entre a vivência primária do estar fundido e a experiência do estar separado: no relacionamento lúdico com os objetos afetivamente investidos, a criança tenta amiúde lançar pontes simbólicas sobre o abismo dolorosamente vivenciado da realidade interna e externa (HONNETH, 2003, p.171).

Sendo assim, as manifestações culturais da sociedade podem ser entendidas como a busca da construção de pontes simbólicas na difícil relação entre a realidade interna e externa (HONNETH, 2003). No entanto, a relação das crianças com os objetos transicionais dá-se em igual plano, isto é, na tentativa de reconciliação, que nunca é completada, entre a realidade interna e externa. Ou seja, os objetos transicionais referem-se a um tipo de autorrelação individual: “[...] para a tentativa de reconstruir o amor como uma relação particular de reconhecimento [...] a capacidade de estar só depende da confiança da criança na durabilidade da dedicação materna” (HONNETH, 2003, p.173). Assim, a dedicação materna proporciona a formação de uma confiabilidade intersubjetiva entre o filho e a mãe. Em virtude disso, a autorrelação individual da criança pode se caracterizar como um sentimento de “autoconfiança”, ou, melhor dizendo, “[...] a criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança

uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar a sós despreocupadamente” (HONNETH, 2003, p.174). Nesse sentido,

Essa observação pode ser entendida como uma exigência sistemática de encontrar na relação bem-sucedida entre mãe e filho o padrão interativo cuja recorrência madura na etapa da vida adulta seria um indicador do êxito das ligações afetivas com outros seres humanos (HONNETH, 2003, p.174).

É a partir desse processo de interação, entre a mãe e o filho, que se constitui enfim a primeira forma de reconhecimento intersubjetivo. Com a experiência do “estar-fundido” e do “poder-estar-só”, a criança, através de várias tensões que se desdobram, pode chegar a um sentimento de autoconfiança que se caracteriza como um “estar-consigo-mesmo no outro” (HONNETH, 2003, p.171). O sentimento de confiabilidade entre a mãe e o filho é

[...] aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (HONNETH, 2003, p.177).

O amor como uma forma de reconhecimento intersubjetivo, quando desenvolvida plenamente, dá condições para que o sujeito participe da vida pública, tendo como autorrelação prática um sentimento de autoconfiança. Esse sentimento proporciona-lhe autonomia para manifestar suas vontades e desejos, opiniões e críticas. Ora, “[...] se o amor representa uma simbiose quebrada pela individuação recíproca, então o que nele encontra reconhecimento junto ao respectivo outro é manifestamente apenas sua independência individual” (HONNETH, 2003, p.178). O amor não se caracteriza simplesmente como uma “aceitação cognitiva da autonomia do outro” (HONNETH, 2003, p.178). A independência individual é sustentada pela segurança afetiva e na continuidade da dedicação amorosa de ambos. Na relação amorosa surge, portanto, outra forma de ligação, não mais simbiótica, mas que se descola para uma compreensão intelectual do respectivo outro.

Como desdobramento das formas de reconhecimento intersubjetivo, as relações jurídicas inserem-se num contexto mais amplo do que as relações primárias de amor e amizade. As relações primárias e as relações jurídicas “[...] só podem ser concebidas como dois tipos de um e mesmo padrão de socialização porque sua lógica respectiva não se explica adequadamente sem o recurso ao mesmo mecanismo de reconhecimento

recíproco” (HONNETH, 2003, p.179). As duas formas de reconhecimento intersubjetivo - o amor e o direito -, desenvolvem-se através de conflitos; no entanto, apenas o reconhecimento jurídico pode se desdobrar em um conflito social. O terreno dessa luta por reconhecimento se dá no âmbito da sociedade civil.

Para tratar sobre o reconhecimento jurídico é imprescindível ter em vista as mudanças políticas, culturais, econômicas e sociais que alteraram o quadro valorativo das sociedades européias. Com a emergência da revolução burguesa e a conseqüente dissolução das monarquias absolutistas, testemunhamos o surgimento do estados-nacionais e a constituição de uma nova sociedade – a sociedade moderna em oposição à sociedade tradicional ou medieval. Nas relações de reconhecimento jurídico em sociedades tradicionais:

[...] visa-se tão somente a circunstância elementar de todo sujeito humano poder ser considerado portador de alguns direitos, quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade: do papel socialmente aceito de membro de uma organização social definida pela divisão do trabalho [...] (HONNETH, 2003, p.180).

O reconhecimento jurídico nas sociedades tradicionais, além do mais, estava ligado diretamente a entidade ou grupo profissional que os sujeitos estavam associados, portanto,

[...] enquanto as pretensões legítimas do indivíduo não são ainda carregadas com os princípios universalistas de uma moral pós-convencional, elas consistem em princípio apenas de atribuições que lhe cabem em virtude de seu status como membro de uma coletividade concreta (HONNETH, 2003, p.181).

Se o reconhecimento de uma pessoa de direito em sociedades tradicionais era atravessado pelo papel social que o sujeito desempenhava, é preciso dizer que tal papel podia ser alvo de estima ou não. As atividades que eram alvo de estima social possuíam reconhecimento jurídico, ao passo que o conjunto das outras atividades que não eram alvo de estima social seguiam fora dos marcos jurídico-institucionais. Nesse caso,

uma forma tradicional de reconhecimento jurídico dessa espécie já concede ao sujeito, como vimos, uma proteção social para sua “dignidade” humana; mas esta está ainda inteiramente fundida com o papel social que lhe compete no quadro de uma distribuição de direitos e encargos amplamente desiguais (HONNETH, 2003, p.181).

Em oposição a esse conjunto de desigualdades, a burguesia empreendeu uma luta histórica que alterou o quadro valorativo das sociedades européias. As relações jurídicas modernas têm como princípio a igualdade de todos os homens, como consequência:

no estado, [...] o homem é reconhecido e tratado como ser racional, como livre, como pessoa; e o singular, por sua parte, se torna digno desse reconhecimento porque ele, com a superação da naturalidade de sua autoconsciência, obedece a um universal, à vontade sendo em si e para si, à lei, ou seja, se porta em relação aos outros de uma maneira universalmente válida, reconhece-os como o que ele próprio quer valer – como livre, como pessoa (HEGEL *apud* HONNETH, 2003, p.179).

A ideia de uma pessoa de direito “[...] só assume a forma de reconhecimento do direito quando ela se torna dependente historicamente das premissas e princípios morais universalistas” (HONNETH, 2003, p.181). Através das lutas sociais, os princípios particularistas do direito tradicional foram questionados em nome da universalização dos direitos. Podemos considerar assim que houve uma ruptura na própria estrutura das relações intersubjetivas em que se dava o direito e, a sociedade, por conseguinte, colocou-se em um novo quadro valorativo das relações de reconhecimento intersubjetivo:

[...] com a passagem para a modernidade, as categorias pós-convencionais, que já antes foram desenvolvidas na filosofia e na teoria política, penetram no direito em vigor, submetendo-o às pressões de fundamentação associadas à ideia de um acordo racional acerca das normas controversas; o sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios (HABERMAS *apud* HONNETH, 2003, p.181).

O conflito social emergiu exatamente no momento em que o reconhecimento jurídico tradicional separou-se da estima social, pois não devem ser aceitos privilégios independentemente da estima ou do papel social desempenhado por determinado sujeito. Tal separação promoveu o surgimento do direito moderno, uma vez que o nexo entre o reconhecimento jurídico tradicional e a estima social “[...] só se dissolve na sequência do processo histórico que submete as relações jurídicas às exigências de uma moral pós-convencional” (HONNETH, 2003, p.183). Nesse momento, “[...] o reconhecimento como pessoa de direito, que, conforme sua idéia, deve se aplicar a todo sujeito na mesma medida, aparta-se a tal ponto do grau de estima social, que acabam originando-se duas formas distintas de respeito” (HONNETH, 2003, p.183). As duas

formas distintas de respeito correspondem a duas estruturas diferentes de reconhecimento intersubjetivo.

Nas relações jurídicas modernas há um princípio universalista que reconhece a Razão como um atributo presente em todos os homens.

[...] a idéia de igualdade assume ao mesmo tempo o significado de ser membro “com igual valor” de uma coletividade política: independente das diferenças no grau de disposição econômica, cabem a todo membro da sociedade todos os direitos que facultam o exercício igual de seus interesses políticos (HONNETH, 2003, p.190).

O que estava em jogo naquele momento não era simplesmente o reconhecimento de uma pessoa de direito, mas sim a ideia de que para o sujeito exercer todas as potencialidades que dizem respeito a uma pessoa de direito no que concerne, basicamente, a participação política na formulação discursiva da vontade, deve haver um respeito às condições básicas de existência material e moral. Segundo Honneth (2003, p.193), a possibilidade efetiva da participação política depende, pois, de que um sujeito é respeitado para haver reconhecimento jurídico tanto na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, quanto na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.

Historicamente, o reconhecimento jurídico desenvolveu-se através de duas formas de respeito, em relação ao primeiro caso, temos o surgimento dos direitos sociais que representam os “conteúdos materiais” responsáveis pela diminuição das desigualdades. No segundo caso, temos a ampliação dos sujeitos, que passam a ser considerados como pessoa de direito, ou, nas palavras do filósofo alemão,

[...] no primeiro caso, o direito ganha, como vimos, em conteúdos materiais, através dos quais também as diferenças nas chances individuais de realização das liberdades socialmente garantidas encontram uma crescente consideração jurídica; no segundo caso, ao contrário, a relação jurídica é universalizada no sentido de que são adjudicados a um círculo crescente de grupos, até então excluídos ou desfavorecidos, os mesmos direitos que a todos os demais membros da sociedade (HONNETH, 2003, p.194).

Em função das duas formas evolutivas que representam o reconhecimento jurídico, a luta por reconhecimento desenvolveu-se entre as duas formas, assumindo o caráter de um conflito social. Caráter social porque “[...] os confrontos práticos, que se seguem por conta da experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito,

representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como alcance social do status de uma pessoa de direito” (HONNETH, 2003, p.194). Com o desenvolvimento pleno das relações primárias, o indivíduo pode atingir uma autorrelação individual cujas bases são a autoconfiança, pois haverá uma continuidade na dedicação materna; nas relações jurídicas, “[...] o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico” (HONNETH, 2003, p.194). A esse respeito, é ainda oportuno acrescentar

[...] o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável (HONNETH, 2003, p.197).

A luta por reconhecimento que, nas relações jurídicas, manifesta-se enquanto conflito social deve ter como horizonte a constante ampliação dos “conteúdos materiais”, juntamente com a ampliação do “alcance social do status de uma pessoa de direito”, já que

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p.197).

A autoconfiança no reconhecimento do amor e o autorrespeito no reconhecimento jurídico são de vital importância para a constituição plena de um sujeito. No entanto, “[...] para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p.198).

Para entendermos a estima social, devemos reportar às transformações sociais, políticas e culturais que culminaram com o advento da Modernidade. Os desenlaces da revolução burguesa, por exemplo, foram capazes de alterar o quadro valorativo em que os sujeitos se orientavam, de maneira que a estima social separou-se do conceito de

honra, que, por sua vez, esteve antes essencialmente ligado a sociedades tradicionais<sup>28</sup>. “A mudança estrutural que isso pôs em marcha é marcada, no plano de uma história conceitual, pela transição dos conceitos de honra às categorias da “reputação” ou “prestígio social”” (HONNETH, 2003, p.201). Por esse motivo,

o lugar que o conceito de honra havia ocupado antes no espaço público da sociedade passa então a ser preenchido pouco a pouco pelas categorias de “reputação” ou de “prestígio”, com as quais se deve apreender a medida de estima que o indivíduo goza socialmente quanto a suas realizações e a suas capacidades individuais (HONNETH, 2003, p.205-206).

Não se pode, portanto, compreender a estima social sem levar em conta o contexto histórico de transformações político-sociais,

com a passagem para a modernidade, a relação de reconhecimento do direito não se desliga apenas, como vimos, da ordem hierárquica da estima social; antes, essa própria ordem é submetida a um processo tenaz e conflituoso de mudança estrutural, visto que se alteram também no cortejo das inovações culturais as condições de validade das finalidades éticas de uma sociedade (HONNETH, 2003, p.203).

A alteração das condições de validade das finalidades éticas de uma sociedade é representada pela universalização do status de uma pessoa de direito, o que implica o reconhecimento jurídico de todos os membros de uma coletividade, chamados, agora, cidadãos. Assim é que a finalidade ética da sociedade passou a ser a promoção do bem-estar a todos os cidadãos:

Daí a luta que a burguesia começou a travar, no limiar da modernidade, contra as concepções feudais e aristocráticas de honra não ser somente a tentativa coletiva de estabelecer novos princípios axiológicos, mas também o início de um confronto em torno do status desses princípios em geral (HONNETH, 2003, p.204).

A partir da luta da burguesia contra a aristocracia, o fim da honra estamental pode ser caracterizada como a “[...] dissolução gradativa da hierarquia tradicional de valores” (HONNETH, 2003, p.205). Sendo assim,

tudo na nova ordem individualizada do reconhecimento depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto a formas distintas de

---

<sup>28</sup> Com “honra”, Honneth designa, em certas sociedades, “a medida relativa a reputação social que uma pessoa é capaz de adquirir quando consegue cumprir habitualmente expectativas coletivas de comportamento atadas ‘eticamente’ ao status social [...]” (HONNETH, 2003, p.201).

autorrealização, mas que deve poder servir também como um sistema predominante de estima (HONNETH, 2003, p.206).

No quadro valorativo da modernidade, a estima social relaciona-se intimamente com o processo de individuação, nesse sentido “quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas” (HONNETH, 2003, p.200). Um horizonte valorativo aberto a novas formas de vida, novas subjetividades, novas formas de autorrealização garantem experiências de reconhecimento intersubjetivo onde

[...] o indivíduo não precisa mais atribuir a um grupo inteiro o respeito que goza socialmente por suas realizações conforme os *standards* culturais, senão que pode referi-lo a si próprio. Nesse sentido, sob essas novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de autorrealização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor”, de “autoestima”, em paralelo categorial com os conceitos empregados até aqui de “autoconfiança” e de “autorrespeito” (HONNETH, 2003, p.210, grifo do autor).

O pleno desenvolvimento das três formas de reconhecimento – amor, direito e estima social –, representam as condições necessárias para a efetivação da cidadania. E o cidadão, o ser singular, a partir dessas garantias pode participar, como todos os membros da coletividade e em pé de igualdade, na construção discursiva da vontade na esfera pública.

### 3.1.1 Desrespeito e violência moral

Visto que a integridade psicossocial<sup>29</sup> do ser humano depende do pleno desenvolvimento dos padrões de reconhecimento intersubjetivo cada um deles representa, no plano conceitual, uma forma de autorrelação prática dos sujeitos. É importante, pois, a partir de agora, analisar as formas de reconhecimento recusado, isto é, quando as pretensões normativas dos sujeitos não são reconhecidas: o reconhecimento recusado representa a manifestação de formas de desrespeito, nesse

---

<sup>29</sup> “[...] significa, simplesmente, que o indivíduo pode sentir-se apoiado pela sociedade em todo o seu espectro de autorrealizações práticas” (HONNETH, 2010, P.30, tradução nossa).

sentido “[...] *tiene un papel central la idea de que las circunstancias que son vividas como injustas presentan una clave adecuada para explicar al menos la conexión interna entre moral y reconocimiento*” (HONNETH, 2010, p.23-24)<sup>30</sup>. Na medida em que os padrões de reconhecimento intersubjetivo<sup>31</sup> deixam-se ordenar em três etapas que correspondem a diferentes tipos de autorrelação, formas de desrespeito também devem possibilitar a gradação dos danos infringidos às respectivas formas de autorrealização prática dos sujeitos, pois elas atuam como “[...] um equivalente negativo das correspondentes relações de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.157). De início, devemos

[...] partir de um tipo de desrespeito que toca a camada da integridade corporal de uma pessoa: aquelas formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades de livre disposição sobre seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal (HONNETH, 2003, p.214-215).

A situação diz respeito às lesões físicas decorrentes da tortura, pois a vítima encontra-se totalmente subordinada à vontade do outro. Atualmente, testemunhamos esse tipo de desrespeito, que assume o caráter de uma violência moral, nas ações criminosas em assaltos ou sequestros, mas também por parte de agentes do Estado, que se torna evidente com a violência policial. Esses atos representam uma violência moral porque além da dor física, eles ferem duradouramente a autorrelação prática de uma pessoa a partir do sentimento de impotência e completa sujeição a vontade de outrem. Deste modo,

o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo que, por seu turno, foi adquirida primeiramente na socialização mediante a experiência da dedicação emotiva; a integração bem-sucedida das qualidades corporais e psíquicas do comportamento é depois como arrebatada de fora, destruindo assim, como efeitos duradouros, a forma mais elementar de autorrelação prática, a confiança em si mesmo (HONNETH, 2003, p.215).

---

<sup>30</sup> “[...] tem um papel central a ideia de que as circunstâncias que são vividas como injustas apresentam uma chave adequada para explicar ao menos a conexão interna entre moral e reconhecimento” (HONNETH, 2010, p.23-24, tradução nossa).

<sup>31</sup> “[...] a diferenciação de três padrões de reconhecimento deixa à mão uma chave teórica para distinguir sistematicamente os outros tantos modos de desrespeito: suas diferenças devem se medir pelos graus diversos em que podem abalar a autorrelação prática de uma pessoa, privando-a do reconhecimento de determinadas pretensões da identidade” (HONNETH, 2003, p.214).

Se devemos analisar as manifestações de desrespeito a partir dos danos infringidos às formas de autorrelação prática dos sujeitos, a ausência de reconhecimento jurídico fere profundamente as pretensões normativas de reconhecimento dos sujeitos ou grupos sociais na medida em que eles permanecem fora dos marcos jurídico-legais de uma coletividade. *“En este caso, el hombre es humillado en la medida en que, dentro de su comunidad, no se le concede la imputabilidad moral de una persona jurídica de pleno valor”* (HONNETH, 2010, p.26)<sup>32</sup>. O reconhecimento assim denegado resulta na exclusão social daqueles sujeitos que não se encontram reconhecidos nos marcos jurídico-legais, pois lhes são negados direitos sociais básicos, o que constitui uma violência moral que afeta nos sujeitos e grupos sociais vítimas da exclusão, “[...] a capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (HONNETH, 2003, p.217). Fere-se, portanto, o autorrespeito de sujeitos e grupos sociais que partilham o *status* de pessoas de menor valor no interior de uma coletividade. A luta por direitos civis, empreendida pelo movimento negro nos EUA, nos anos 1960, representou uma situação dramática, mas que evidenciou “[...] o significado psíquico que o reconhecimento jurídico possui para o autorrespeito de grupos excluídos” (HONNETH, 2003, p.198).

A terceira forma de desrespeito caracteriza-se pela “[...] *degradación del valor social de formas de autorrealización*” (HONNETH, 2010, p.28)<sup>33</sup>. O horizonte valorativo de autorrealizações pessoais, neste contexto, encontra-se fechado e hierarquizado, o que gera distinções, degradações de formas de vida e promove “[...] *una forma de invisibilización, esto es, de hacer desaparecer, que aparentemente no tiene que ver con la no presencia física, sino con la no existencia en un sentido social*”<sup>34</sup>” (HONNETH, 2011, p.164-165). A ideia de invisibilização nos remete ao conceito de “morte social” (HONNETH, 2003, p.218), que é representada pela completa ausência do valor social de sujeitos. O fato torna incômoda ou mesmo nula a presença de sujeitos no espaço público, pois suas formas de autorrealização não se encontram no quadro valorativo hierarquicamente organizado da sociedade. A tal forma de

---

<sup>32</sup> “Neste caso, o homem é humilhado na medida em que, dentro de sua comunidade, não lhe concedem a imputabilidade moral de uma pessoa jurídica de pleno valor” (HONNETH, 2010, p.26, tradução nossa).

<sup>33</sup> “[...] degradação do valor social de formas de autorrealização” (HONNETH, 2010, p.28, tradução nossa).

<sup>34</sup> “[...] uma forma de invisibilização, isto é, de fazer desaparecer, que aparentemente não tem a ver com a não presença física, senão com a não existência em sentido social” (HONNETH, 2011, p.164-165, tradução nossa).

desrespeito, sucede a degradação de formas de vida que inviabilizam o desenvolvimento da autoestima de sujeitos e grupos sociais que não têm suas pretensões de reconhecimento garantidas.

A degradação do valor social das formas de autorrealização não conduz os sujeitos e grupos sociais apenas a uma invisibilização, mas, sobretudo, a uma estigmatização. A atribuição de estigmas, aliás, define-se como a “[...] situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 2012, p.7). Nesse sentido, o estigma é causa de depreciação da identidade social dos sujeitos, o que nos remete a conceitos como rebaixamento, humilhação, ofensa, desrespeito e inferiorização. Através desse tipo de discurso emergem diferentes categorias de pessoas, de um lado as pessoas que são valorizadas socialmente e, de outro, aquelas que não o são. Para esse autor, existem os símbolos de prestígio e os símbolos de estigma; os primeiros são comumente associados a riqueza, enquanto os símbolos de estigma têm que ver com a pobreza. Em relação à origem do conceito, Goffman esclarece que foram os gregos os primeiros a criarem o termo estigma a fim de designar os sinais corporais que evidenciavam algo de mau ou extraordinário acerca do *status* moral daquele que os carregava: “os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (2012, p.11).

Evidentemente, as manifestações atuais de estigma mantêm certa correspondência com as origens do conceito. Contudo, há de se considerar a especificidade do tipo de estigma que aqui nos interessa: diferentemente daquela a que se referiam os gregos ao marcarem as pessoas que quisessem estigmatizar, nossos depoentes relatam uma forma de estigma mais sutil. Se não há, aqui, marca corporal que torne a pessoa identificável, ao menos o estigma manifesta “marcas” nessas pessoas, à medida que mencionam, nas variadas situações, que são residentes do bairro São Rafael, que aqui estudamos. Essa forma de estigmatizá-las, vê-se quando o fluxo de suas interações é rompido tão logo falem da localidade onde moram – há, por exemplo, o taxista que não aceita fazer uma “corrida” até o São Rafael, principalmente à noite, ou a recusa em oferecer a vaga de emprego, conforme relatado por uma entrevistada, apenas por causa de seu bairro.

As diferentes manifestações de estigma foram relatadas por entrevistados que já passaram por algum tipo de constrangimento pelo fato de aí morarem. O “estigma territorial impregnado” de que nos falou Wacquant (2001) evidencia que a marca do

estigma não está no corpo e, sim, no espaço. Quer dizer, o “encobrimento” do estigma se dá através da omissão do verdadeiro lugar de residência, pois os entrevistados têm consciência de que, uma vez que estejam à procura de vagas de emprego, por exemplo, é nada recomendável informar o lugar onde ficam suas casas. Ora, não há nada mais nocivo para a identidade social dos sujeitos do que a impossibilidade de se referir positivamente ao local de sua própria residência.

Com as pretensões de reconhecimento recusadas, comprometem-se a garantia da dignidade e da integridade psicossocial dos sujeitos, pois “[...] vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2003, p.213-214). Desse modo, não nos resta dúvida de que “[...] com a experiência do rebaixamento e da humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças” (HONNETH, 2003, p.219). As experiências de desrespeito constituem um ataque às identidades individual ou coletiva de sujeitos sociais concretos; suas identidades, aliás, são construídas intersubjetivamente e sustentam-se pelas pretensões de reconhecimento existentes no quadro valorativo de sociedades pós-tradicionais. O reconhecimento recusado impossibilita, por isso, a existência de pessoas de direito, este fato evidencia, no plano social e político, a existência do direito e do não-direito

Essa dualidade pode ser representada metaforicamente pela luz e a sombra. Imaginemos, por exemplo, um cômodo cheio de móveis, e que esteja sendo iluminado por uma luz qualquer. Se tudo aquilo que nos é visível está sob efeito da luz, aquilo que não podemos ver os permanece recoberto de sombras: há, pois, no cômodo, o que é nítido e determinado e, ao contrário, o que é indistinguível e indeterminado. A luz representaria, aí, o que é do direito, ao passo que aquilo que é iluminado poderia remeter ao que se encontra dentro dos marcos jurídico-legais. Ademais, o que permanece nas sombras reproduz os conteúdos que estão fora dos marcos jurídicos-legais, de maneira tal que o que é iluminado pela luz nos remete a uma pessoa de direito; o que se encontra nas sombras nos remetem a ideia de não-pessoa como corolário do não-direito.

As sociedades modernas constituem-se a partir de tal clivagem sociopolítica, o que acarreta, invariavelmente, na emergência de lutas por reconhecimento, já que as experiências de desrespeito podem servir de base motivacional para adjudicação ou ampliação de direitos. Há, assim, uma tensão normativa inerente a constituição e ao

desenvolvimento das sociedades modernas, pois “[...] *la necesidad de ser reconocido cada vez en nuevas dimensiones de la propia persona abre en certa manera un conflicto intersubjetivo cuya solución no puede consistir sino en el establecimiento de una esfera cada vez más amplia de reconocimiento*” (HONNETH, 2010, p.22)<sup>35</sup>. Além do mais, há que se dizer que o alargamento do quadro valorativo das sociedades, signo do aprofundamento das relações de reconhecimento intersubjetivo, está sujeito ao desfecho bem-sucedido ou não das lutas sociais. É nesse contexto que a luta por reconhecimento, empreendida por sujeitos vítimas de experiências de desrespeito, pode constituir uma semântica coletiva do sofrimento que sirva de base motivacional para a ação política, ainda que

[...] somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política. No entanto, só uma análise que procura explicar as lutas sociais a partir da dinâmica das experiências morais instrui acerca da lógica que segue o surgimento desses movimentos (HONNETH, 2003, p.224).

Por essas razões é que na investigação empírica pode-se buscar a validade do modelo conceitual de luta por reconhecimento. Melhor dizendo, partir das experiências de desrespeito e exclusão social aumenta a possibilidade de tornar inteligível a “gramática moral dos conflitos sociais”. Tudo isso, no entanto, circunscreve-se aos âmbitos teóricos. No plano da vida prática, por sua vez, as lutas por reconhecimento mobilizam grupos sociais, que, vítimas de experiências de desrespeito que são, buscam restituir relações de reconhecimento intersubjetivo e, acima de tudo, partilhar dos mesmos direitos e deveres em uma comunidade de valores democrática e inclusiva.

#### **4. Entrevistas**

##### **Primeiro bloco**

1. Gênero da entrevistada (o): ( ) homem ( ) mulher.
2. Em que cidade você nasceu?
3. Desde quando você reside em Araraquara?
4. Desde quando você reside no bairro São Rafael?

---

<sup>35</sup> “[...] A necessidade de ser reconhecido cada vez em novas dimensões da própria pessoa abre de certa maneira um conflito intersubjetivo cuja solução não pode consistir senão no estabelecimento de uma esfera cada vez mais ampla de reconhecimento” (HONNETH, 2010, p.22, tradução nossa).

5. Você frequentou a escola até qual série?
6. Qual é a sua profissão?
7. Há quanto tempo você exerce essa profissão?

### **Segundo bloco**

8. O que há de positivo e o que há de negativo na cidade de Araraquara?
9. O que há de positivo e o que há de negativo no bairro São Rafael?
10. Qual é a imagem que o bairro São Rafael tem em relação aos outros bairros da cidade?
11. Qual é a imagem que o bairro São Rafael tem para você?
12. Por que o bairro tem esse nome?
13. Quais são os espaços públicos de lazer e convívio da cidade que você utiliza frequentemente?
14. Quais são os espaços públicos de lazer e convívio do bairro que você utiliza frequentemente?
15. O que há de belo na cidade de Araraquara que você gosta de ver?
16. O que há de belo no bairro São Rafael que você gosta de ver?

### **Terceiro bloco**

17. Você sabe como os moradores do bairro participam das decisões municipais com relação à saúde, educação, segurança, lazer?
18. O bairro São Rafael é um bom bairro para se viver?
19. O que o bairro precisa ter para dar aos seus filhos uma vida melhor?
20. Quando você não trabalha o que costuma fazer em sua casa e no bairro?

Figura 1



PIERRI, S. **Visão panorâmica do bairro São Rafael**. Araraquara: 2012. Imprensa Prefeitura de Araraquara.

O contato com os moradores do conjunto habitacional situado no bairro São Rafael, construído no ano de 2011 no município de Araraquara, deveria ser, segundo nossos planos iniciais, mediadas por algum morador do local ou ainda por alguém que não o fosse mas que, no entanto, conhecesse e tivesse a confiança dos entrevistáveis. O problema com que primeiramente nos deparamos, porém, foi a dificuldade de abordá-los nas ruas, uma vez que desde a primeira visita ao bairro, pudemos perceber a ausência de praças, parques e demais espaços públicos que representam um ponto de encontro ou reunião. Logo, a interpelação dos possíveis entrevistados apenas poderia ocorrer aleatoriamente nas ruas ou nas residências. O método mostrou-se, contudo, inviável porque seria difícil ao pesquisador, desconhecido dos moradores, ganhar sua confiança. Recorremos, por isso, à assistência social competente do local: as entrevistas ocorreram por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social “Dagmar Fedozzi Cataneu”, o CRAS, situado na Av. Luiz Ribeiro Filho, 402, no Jardim Roberto Selmi Dei II desta cidade.

Quando realizado o primeiro contato com o CRAS, foi-nos sugerido a participação nas reuniões semanais dos programas sociais Bolsa Família e Renda Cidadã. Ao final das reuniões, tive a oportunidade de apresentar meu projeto de pesquisa e de falar sobre a importância da realização das entrevistas. A participação nelas foi facultativa, visto que, em diferentes ocasiões, algumas pessoas se recusaram a participar da pesquisa. O convite aos entrevistáveis foi feito nas reuniões dos programas sociais. Os interessados disponibilizaram seus nomes e dados telefônicos e obtive, dessa maneira, uma lista de contatos para que os encontros fossem agendados. As entrevistas ocorriam semanalmente nas residências dos voluntários.

Esgotada a lista de contatos e com receio de muito vagar em busca de entrevistados, pedi que acompanhasse a assistente social em suas visitas ao bairro. Considerei que ela, já conhecedora tanto do bairro quanto de seus moradores, poderia indicar outras pessoas que se candidatassem à pesquisa. Desta vez, tive novamente uma mediação fundamental: as visitas da assistente social ao bairro eram semanais e, com isso, pude realizar mais entrevistas e chegar ao total de cinquenta pessoas entrevistadas<sup>36</sup>.

As perguntas presentes no questionário foram agrupadas em três blocos. Nas perguntas compreendidas de 1 a 7, buscamos constituir um quadro pessoal dos entrevistados a fim de que pudéssemos agrupá-los segundo gênero, local de nascimento, escolaridade, etc. Tais informações formam um quadro geral e mais amplo que serve de base para os dois blocos subsequentes. Quanto às questões enumeradas entre 8 e 16, com elas, buscamos alcançar a compreensão que os moradores do São Rafael têm do espaço onde residem e da cidade de Araraquara, a partir da oposição entre esses dois locais. Com as quatro perguntas seguintes, pretendíamos conceber a compreensão que os moradores do São Rafael têm de si mesmos, bem como as suas perspectivas futuras.

O modelo conceitual de luta por reconhecimento tem de passar, inevitavelmente, pelo crivo da empiria. Com riscos de se tornar um discurso idealista e que pretensamente analisar um determinado contexto social, tal metodologia apenas se justifica pela análise dos conflitos sociais existentes em determinado momento histórico e de suas implicações psicossociais que afetam sujeitos concretos. Quanto às entrevistas, por sua vez, justificam-se como um requisito da investigação sociológica

---

<sup>36</sup> Segundo o Diagnóstico Territorial do Perfil das Famílias do bairro São Rafael realizado, no ano de 2013, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, há seiscentos e noventa e sete (697) adultos com idade acima de dezoito (18) anos residentes no bairro São Rafael.

que se orienta pelo modelo conceitual da luta por reconhecimento. Sendo assim, o objetivo fundamental das entrevistas é apreender, através do discurso de sujeitos sociais concretos, a existência de patologias sociais que se manifestam nas formas de desrespeito ou menosprezo, e suscitam, nos grupos implicados, “[...] sentimentos coletivos de injustiça” (HONNETH, 2003, p.261). Esse tipo de sentimento fere duradouramente os sujeitos sociais implicados, exatamente naquilo que podemos considerar, segundo Honneth (2003), como a integridade psicossocial dos sujeitos.

Cabe, aliás, explicá-lo com mais clareza. A integridade psicossocial dos sujeitos tem origem e desenvolvimento desde as primeiras formas de socialização, iniciando-se no seio da família e, mais tarde, estendendo-se à sociedade civil. Relaciona-se à capacidade de as pessoas se conceberem como sujeitos sociais livres, iguais e a quem cabem direitos no interior de uma coletividade. Essa autorrelação, conforme a alcança o sujeito social, não é algo natural ou dado *a priori*. Pelo contrário, o modelo conceitual da luta por reconhecimento nos ensina que o processo é envolto em uma série de conflitos, que se desdobram através de etapas: a primeira delas é a etapa afetiva, representada pelo amor, a segunda etapa é representada pelo direito e, por fim, temos a estima social, representada pela solidariedade. E, se a autorrelação prática dos sujeitos é construída socialmente e através de etapas, a integridade psicossocial que caracteriza essa autorrelação não é algo que os sujeitos atingem sozinhos e de maneira isolada. Ao contrário, esse gênero de autorrelação depende essencialmente do assentimento coletivo, ou seja, a integridade psicossocial dos sujeitos depende do reconhecimento intersubjetivo dos parceiros de interação aos quais os sujeitos sociais concretos mantêm vínculos e relações sociais.

Na elaboração das perguntas preocupou-se em apreender através das formas de desrespeito e menosprezo a deterioração da integridade psicossocial dos moradores do bairro em questão. A partir da análise do grupo social aí residente, podemos inferir a permanência de “sentimentos coletivos de injustiça”, que ferem a integridade psicossocial dos sujeitos e nos revelam ainda a existência de uma semântica coletiva do sofrimento de grupos sociais historicamente segregados e estigmatizados.

Foram entrevistadas cinquenta pessoas – quarenta e quatro mulheres e seis homens. O número expressivo de mulheres pode ser explicado pelo fato de que para o contato com as moradoras do conjunto habitacional que estudamos, houve a mediação do CRAS responsável pelo local, em suas reuniões semanais dos programas sociais Bolsa Família e Renda Cidadã. É ainda importante que as casas do bairro tenham

podido ser financiadas apenas para mulheres com filhos: tal iniciativa promove, aliás, o relativo empoderamento de mulheres de baixa renda, na medida em que elas passam a ter acesso ao mercado da casa própria. As consequências sociais e políticas de tal empoderamento, bem como as mudanças na morfologia das famílias, exigem, por sua vez, uma investigação sociológica aprofundada.

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Uma das questões que ficam em suspenso é, pois, sobre os impactos social, psicológico, cultural e político do acesso à casa própria por mulheres de baixa renda beneficiárias de programas sociais. Não podemos respondê-la em nosso trabalho, pois a questão não ocupa o cerne de nossa investigação; no entanto, ela se fez frequentemente presente durante as visitas às residências e as entrevistas, deixando, assim, apontada uma senda teórica para uma investigação futura.

Em relação ao local de nascimento, vinte e seis entrevistadas nasceram no município de Araraquara; treze nasceram em demais cidades do Estado de São Paulo; e o restante das entrevistadas dividem-se entre originárias dos estados da Bahia, do Alagoas, da Paraíba, de Pernambuco, do Paraná e, afinal, do Ceará. Da população entrevistada, há, então, maioria paulista, que representa o total de 78% dos voluntários. Antes de realizar as entrevistas e baseando-nos em bibliografias sociológicas que enfatizam a questão migratória no Estado de São Paulo, imaginávamos, porém, que dentre as pessoas entrevistadas, contaria um número maior de migrantes de outros Estados do Brasil, sobretudo do Norte e Nordeste.

Gráfico 2



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Logo, há diferenças quanto ao processo de desenraizamento e à perda das referências coletivas que orientam os sujeitos em outra espacialidade e temporalidade, pois, desta vez, a maioria dos entrevistados nasceram no Estado de São Paulo. Embora não descartemos a possibilidade de parte dos entrevistados que são nascidos no Estado de São Paulo serem filhos de migrantes de outros Estados do Brasil, distanciamo-nos, enfim, da imagem do migrante nordestino que busca melhores condições de vida no Estado de São Paulo. Sendo assim, devemos pensar no “desenraizamento dos nativos”, ou seja, no desenraizamento de populações residentes em áreas que, urbanizadas e com um intensivo processo de mais urbanização, fazem avolumados os conjuntos habitacionais construídos na periferia do município de Araraquara.

Figura 2



Imprensa Prefeitura Araraquara. **Conjunto Habitacional Anunciata Palmira Barbieri.** Araraquara: 2014. Disponível em: <http://sistema.araraquara.sp.gov.br/ftp/imprensa/Habitacao/>. Acesso em: 14/10/2015.

Figura 3



Imprensa Prefeitura Araraquara. **Conjunto Habitacional Vale Verde.** Araraquara: 2014. Disponível em: <http://sistema.araraquara.sp.gov.br/ftp/imprensa/Habitacao/>. Acesso em: 14/10/2015.

Figura 4



Imprensa Prefeitura Araraquara. **Conjunto Habitacional Maria Helena Lepre Barbieri.** Araraquara: 2014. Disponível em: <http://sistema.araraquara.sp.gov.br/ftp/imprensa/Habitacao/>. Acesso em: 14/10/2015.

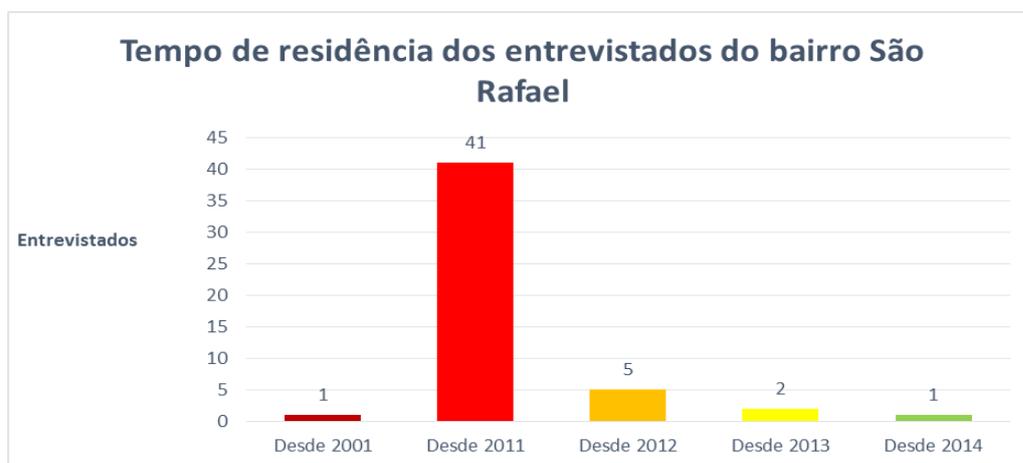
O fato indica outra questão a ser investigada, uma vez que o programa de habitação social “Minha Casa, Minha Vida”, o maior de nossa história, gravita em torno de um problema estrutural da sociedade brasileira, qual seja, o que se refere à qualidade da habitação das classes pobres no Brasil. Ou, de modo menos genérico, qual é a qualidade da habitação das classes pobres no município de Araraquara?

A proliferação de conjuntos habitacionais atende, sim, a uma demanda concreta – o déficit habitacional brasileiro –, porém, cabe perguntarmo-nos se a construção de bairros nas periferias das cidades destinados à habitação das classes pobres baseia-se verdadeiramente numa concepção de projeto político que incorpore e articule os moradores e as moradoras dos respectivos bairros à vida urbana, dando-lhes pleno acesso a bens, serviços e equipamentos públicos e privados. Acreditamos ser esse justamente o questionamento que deve orientar a investigação sobre o futuro de nossas

idades, pois os bairros pobres e periféricos são uma realidade e um grande desafio para a teoria e a ação.

Da população entrevistada, a maioria reside no bairro desde o mesmo ano de sua inauguração, em 2011. Sendo assim, a visão e os pontos de vista das entrevistadas em relação ao bairro são balizados pelo tempo de permanência das moradoras, que, nesse caso, atravessa toda a história do bairro. A maioria das entrevistadas, portanto, conhecem o bairro desde a sua inauguração; são elas testemunhas vivas do desenvolvimento do bairro.

Gráfico 3



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

E é justamente esse o fato que mais nos chamou a atenção. Em diversas entrevistas, quando havia remissão aos primeiros anos datados da inauguração do bairro, percebemos um sentimento de angústia revelado, após instantes de silêncio, pelas entrevistadas ao caracterizarem esse período como: “tempos difíceis”. “No começo do bairro”, consta em nosso caderno de campo, “o vizinho da entrevistada mencionou que ninguém podia deixar objetos fora de casa, tudo era roubado”. Além do mais, na ocasião da inauguração do bairro, suas casas foram entregues sem muros à população e, como demonstram as imagens, elas são muito próximas entre si, de sorte que a ausência de limites entre as diferentes casas frequentemente provocou tensões e conflitos entre os vizinhos.

Figura 5



PIERRI, S. **Casas do Conjunto Habitacional São Rafael**. A proximidade das residências, ocasionalmente, gera transtorno entre vizinhos. Araraquara: 2011. Disponível em: <http://sistema.araraquara.sp.gov.br/ftp/imprensa/Habitacao/>. Acesso em: 14/10/2015.

Do relato acima, os problemas alcançavam situações mais graves, na medida em que a ausência de muros e limites resultou em furtos. Por essa razão, durante tempo considerável, os moradores do bairro de que aqui tratamos tiveram de se adaptar à impossibilidade de dispor objetos pessoais – tais como, roupas no varal, baldes, produtos de limpeza ou quaisquer outros objetos ou utensílios – nas áreas externas de suas casas. Desde o início, portanto, a moradia, concebida essencialmente enquanto espaço da segurança, foi diversamente experimentada pelos habitantes do São Rafael, em que a insegurança era constante e a ocorrência de furtos fazia, de qualquer morador, um suspeito. Um sentimento dessa espécie pôde dificultar a existência e o desenvolvimento de vínculos coletivos: “tenho minha casa e meu canto. O meu

convívio é do portão pra dentro. Não conheço os outros moradores”, disse um dos voluntários. Trata-se de viver com o sentimento de não poder confiar em ninguém; logo, os sujeitos tornam-se reclusos em suas próprias residências.

Uma “conciliação relativa” do sentimento de insegurança relatado por moradores do bairro São Rafael foi a construção de muros, representação de uma demarcação objetiva de limite entre as residências: “agora está sossegado, depois do muro e do portão”, relataram-nos. Conquanto o limite seja parcial – ao construírem os muros, os moradores puderam garantir, por um lado, o isolamento e privacidade que almejavam, enquanto que, por outro, continuam morando em um espaço de que permanentemente querem se afastar –, há motivos para a relatividade da conciliação. Por exemplo, ao ser perguntada se o São Rafael é um bom bairro para se viver, uma das entrevistadas declarou: “se você viver trancado em casa é”.

Assim, a relação entre as entrevistadas e o bairro São Rafael mantém-se por meio de vínculos tão estreitos quanto frágeis, dado que em diversas entrevistas houve relatos sobre a busca por isolamento e, em alguns casos, tal anseio é acompanhado de um certo orgulho por não conhecer o restante dos moradores do bairro. “Não tenho do que reclamar. Não tenho amizade com ninguém”, falou uma de nossas voluntárias. Fragilidade igual manifesta-se ainda quando nos revelaram: “quando eu puder, eu saio daqui”.

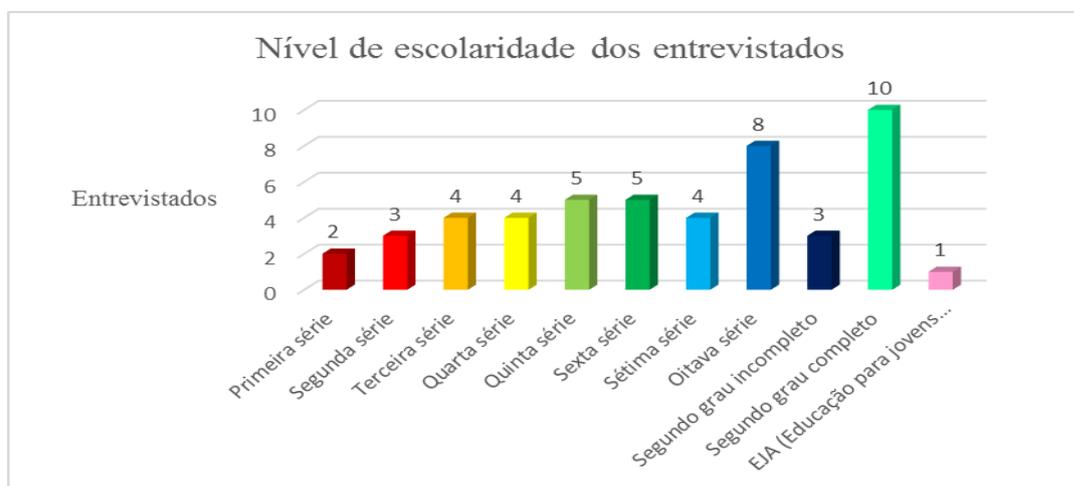
Os “tempos difíceis” relatados pelas entrevistadas deixaram, pois, marcas profundas na percepção subjetiva dos residentes do São Rafael. Tais fatos devem ser levados em conta na construção de conjuntos habitacionais; no caso de que tratamos, ao contrário, parece-nos claro que as famílias foram colocadas e, posteriormente, abandonadas num mar de casas, rigorosamente dispostas entre si, pertencentes ao limite urbano do município de Araraquara. Pensar o bairro São Rafael implica, sim, considerar o desenrolar de seu passado, que causou, em seus habitantes, não apenas o sentimento de desconfiança para com a vizinhança, também traumas e profundas marcas na percepção subjetiva dos sujeitos implicados.

Outro ponto relevante referido também nas entrevistas tangeu às frequentes intervenções policiais ao longo dos primeiros anos de formação do bairro. Segundo os relatos que obtivemos, além de furtos, foram inúmeras as confusões, brigas e prisões. Na ausência de uma política territorial abrangente que incluísse serviços sociais diversos – de educação e saúde a cultura, lazer e esporte, por exemplo – a polícia em seus usos de autoridade e força tornou-se a única forma de intervenção pública no local.

Ademais, quando da realização das entrevistas, houve a inauguração de um novo conjunto habitacional nas mediações do bairro e, segundo as entrevistadas, tinham suas atenções voltadas ao bairro nascente, que, por sinal, tragicamente repetia os “tempos difíceis” do São Rafael nos idos de 2011.

Como é possível perceber, há uma recorrência de problemas envolvidos na construção de conjuntos habitacionais que não é senão fruto da ausência do poder público em suas diferentes esferas. Diante de situações drásticas ou hostis, o uso da força mostra-se, às autoridades competentes, necessário, cabendo, por isso, ressaltar a importância de se levar a sério as experiências anteriores para a prevenção de futuras situações de conflito e tensão em conjuntos habitacionais. Acreditamos que o nexos subjetivo, muita das vezes involuntário, entre conjuntos habitacionais e bairros problemáticos, só será desfeito com uma política territorial abrangente, capaz de promover as garantias jurídicas e políticas para o desenvolvimento autônomo das capacidades subjetivas, bem como dos vínculos coletivos e das relações de solidariedade. Diversamente, uma política territorial parcial promove tão somente formas extremadas de individualismo (“fico apenas em casa, não me importo com o que acontece na rua”); de desconfiança (“sinto que o bairro poderia ser melhor, falta união. Os moradores são desunidos”, ou “vizinhos que não gostam de vizinhos, um bairro de pessoas que não se entendem”), de insegurança e de medo (“o bairro é muito longe, muito roubo, muita droga, aqui é um bairro perigoso”). São esses os elementos que ferem duradouramente a integridade psicossocial dos sujeitos e inviabilizam o desenvolvimento da cidadania.

Gráfico 4



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

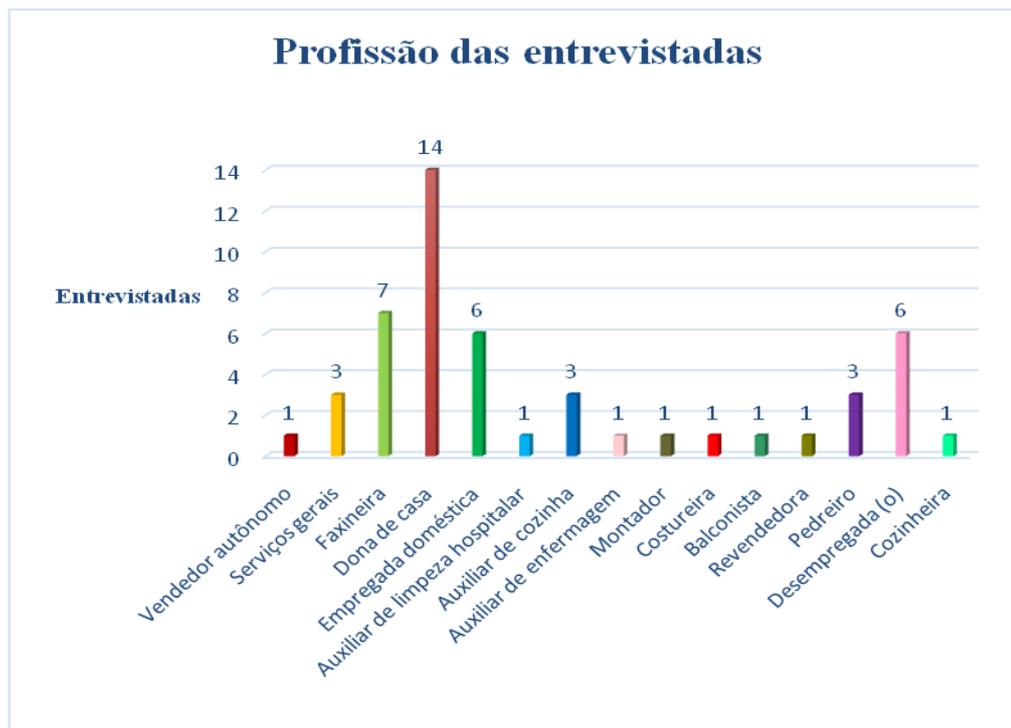
Analisando a população entrevistada a partir de novo ângulo, isto é, o que se refere ao nível de escolaridade de nossos depoentes, constatamos que a maioria delas (precisamente, dez entrevistadas), possuem o segundo grau completo, ou seja, terminaram o ensino médio. Em seguida, oito entrevistadas concluíram o ensino fundamental II, ou, de modo mais abrangente, se incluirmos as entrevistadas que não terminaram o ciclo de ensino que se estende da quinta à oitava série, vinte e duas pessoas do total de entrevistadas podem ser aí classificadas. Em seguida, tivemos treze entrevistadas que frequentaram escolas da primeira à quarta série do ensino fundamental, totalizando o mesmo número de pessoas escolarizadas até o segundo grau. E, por fim, uma de nossas voluntárias é frequentadora do programa de Educação para Jovens e Adultos, o EJA, que, sabemos, confere ensino supletivo à população fora da idade escolar. Das pessoas que responderam à pesquisa, portanto, mais da metade delas (trinta e cinco) possuem ensino fundamental I e II, demonstrando-se baixo o nível de sua escolaridade<sup>37</sup>.

As consequências sociais de sua escolarização incipiente configuram-se nas profissões de nossos entrevistados: vinte não trabalham, sendo aí também contabilizadas donas de casa e desempregadas. De um restante de trinta entrevistados, dezessete distribuem-se entre os cargos disponíveis para vendedor autônomo, serviços gerais, auxiliar de cozinha, revendedora, auxiliar de enfermagem, montador, costureira, pedreiro, cozinheira, balconista e auxiliar de limpeza hospitalar. É significativo que a maioria das moradoras com atuação profissional (treze entrevistadas) é faxineira ou empregada doméstica.

---

<sup>37</sup> Durante nossa pesquisa mantivemos a antiga classificação das séries escolares: Ensino Fundamental I - Primeira a Quarta-série; Fundamental II - Quinta a Oitava-série e Ensino Médio - Primeiro ao Terceiro-ano. Devido à idade das entrevistadas, que há décadas frequentaram a escola, optamos por manter a referência que elas tinham.

Gráfico 5



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Dos mesmos trinta entrevistados que trabalham, nove o fazem desde a infância. O índice revela que, para esses sujeitos, o processo de socialização na infância, que deveria ser preenchido por elementos tais como família, escola, atividades esportivas, brincadeiras e atividades lúdicas, substituiu-se por trabalho e responsabilização precoce para cumprimento de determinada atividade laboral.

Gráfico 6



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

É, aliás, devido a seu baixo nível de escolaridade que lhes são reservados trabalhos simples, ou seja, “[...] atividades demais elementares e desqualificadas, exigindo pouca ou nenhuma instrução técnica ou escolar” (COSTA, 2004, p.38). E, a despeito da utilidade social dessas modalidades de trabalho, seus agentes são desvalorizados economicamente, dado que têm baixa remuneração, sendo ainda e principalmente desvalorizados moralmente, por causa do não reconhecimento do valor social de seu trabalho. Parece-nos precípua notar que o não reconhecimento afeta não apenas o valor social do trabalho, como, sobretudo, seus agentes – homens e mulheres, antes de tudo cidadãos, que, entretanto, seja em seu trabalho ou na cidade, tornam-se invisíveis e seus discursos, pontos de vista e reivindicações não encontram ressonância na esfera pública.

Da invisibilidade pública, deparamo-nos com um fenômeno social violento e complexo que, historicamente, tornou-se constitutivo da formação subjetiva de classes pobres. Trata-se de um processo lento e cumulativo, em que os sujeitos paulatinamente “digerem”, não sem angústia ou sofrimento, o sentimento de inferioridade, isto é, a percepção subjetiva de se conceberem como pessoas de menor valor. Essa percepção subjetiva tem um respaldo objetivo, em relação ao trabalho, por exemplo, abordagens teóricas que partem da psicologia, mas que se utilizam do arcabouço teórico tanto da antropologia como da sociologia lidam com o problema da invisibilidade social de trabalhadoras e trabalhadores que executam algum tipo de trabalho simples<sup>38</sup>.

Ora, em relação à cidade, a percepção subjetiva da inferioridade também possui um respaldo objetivo e que se materializa tanto na dimensão social como na dimensão espacial. Para ilustrá-lo, citamos um dos depoimentos, em que nos foi revelado: “jogaram a gente aqui e nos esqueceram, pronto socorro longe, não tem farmácia. Falta praça de esporte, lazer, as crianças ficam nas ruas, aqui não tem nada. Você tem onde morar e pronto. Mais nada. Somos reféns da criminalidade”. O bairro de nossos estudos é, nesse caso, percebido enquanto espaço de ausência: “um bairro carente, abandonado, não vemos nenhuma autoridade aqui. Abandono total, só nas eleições eles vem”; disse-nos um dos moradores. Faltam equipamentos e serviços públicos que, por sinal, refletem a inviabilização da existência e da permanência de direitos sociais (a exemplo de saúde, cultura, educação, lazer, esporte). Durante nossas entrevistas, “aqui não tem

---

<sup>38</sup> Cf. COSTA, Fernando Braga. *Homens invisíveis*: Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

nada” repetiu-se dentre os comentários, sempre marcados pelo tom de angústia e de impotência. Os sentimentos negativos são sopesados por uma única garantia pública, a moradia: “você tem onde morar e pronto”.

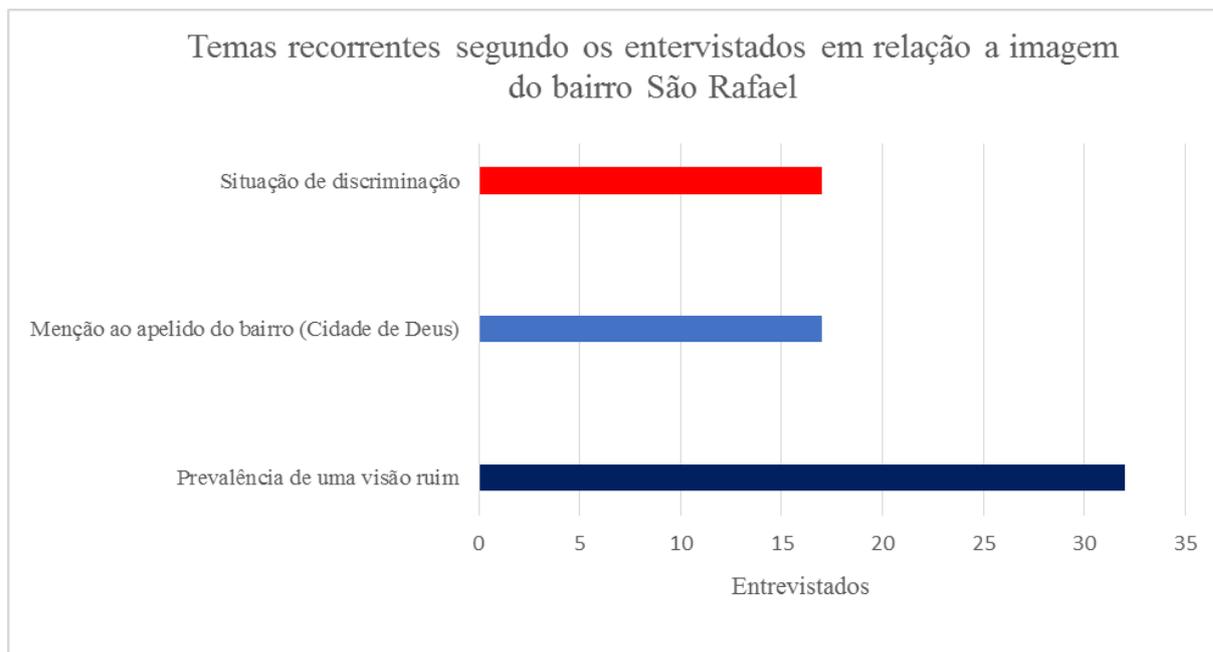
As entrevistas revelaram, no entanto, que a garantia pública à moradia é frágil e limitada, porquanto esta é reduzida simplesmente à casa enquanto bem em si mesmo. Há, então, a efetivação de uma política territorial parcial, de que são esquecidas as questões do entorno, da existência e da acessibilidade aos serviços públicos e aos equipamentos de que o bairro deve dispor, bastando-lhe apenas que sujeito possua uma residência. É fundamental, por isso, refletir sobre a maneira como se desenvolve a consciência espacial dos sujeitos, pois está diretamente vinculada à posição que o sujeito ocupa na sociedade (quer dizer, sua dimensão social) e à localização no espaço da cidade (desta vez, sua dimensão espacial). Quanto aos moradores do bairro São Rafael, é notório o modo como as injustiças sociais encontram-se, de fato, ao lado das injustiças espaciais, como nos demonstra Secchi (2013).

A fim de pensarmos a formação da consciência espacial dos moradores do bairro São Rafael, devemos fazer remissão à imagem sustentada pelo bairro relativamente aos demais bairros da cidade, pois parte da consciência espacial dos moradores é formada por discursos e imagens mobilizados por não-moradores. Daí que a forma como os não-moradores veem e falam do bairro São Rafael contribui para a formação discursiva e imagética dos moradores do próprio bairro. Ao relatar, numa de nossas pesquisas, por exemplo, “chamavam de favela, eu tinha vergonha de falar que morava aqui”, a pessoa entrevistada nos sugeriu as consequências subjetivas dos discursos e imagens impressos em espaços outros que “etiquetam” os sujeitos que residem no lugar sobre o qual se fala. O movimento implica que esses sujeitos sintam vergonha de seu local de residência, agravando-lhes seu sentimento de inferioridade, ou, melhor dizendo, a percepção subjetiva segundo a qual se concebem como pessoas de menor valor. Além disso, o local de residência chega a determinar até mesmo as condições de empregabilidade do sujeito, bem como se ele será visto enquanto um cidadão ou, diferente disso, como um subcidadão: “pra emprego, se eu falar que moro aqui não arrumo trabalho”. Há aí uma representação clara da manifestação de estigma social envolvendo parcelas específicas da população.

Importa, antes de mais, perguntarmo-nos em que se baseia esse estigma. As respostas à décima pergunta do questionário (“Qual é a imagem que o São Rafael tem em relação aos outros bairros da cidade?”), dão nitidez ao fenômeno social. Em função

de as questões terem sido abertas, houve grande quantidade de respostas, e, a fim de torná-las inteligíveis, fizemos agrupamentos das temáticas que convergiam entre si. Quando perguntados, os entrevistados basearam-se em três eixos principais de temas, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 7



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A impressão de que prevalece um ponto de vista negativo a respeito do bairro São Rafael é declarada por trinta e dois entrevistados, o que, em relação à população entrevistada, representa a porção de 64%. Trata-se de um número considerável, já que mais do que a metade dos entrevistados confirmaram que, sobre a localidade em que residem, paira a depreciação: “o bairro causa medo”. Seguindo a esteira do medo, o segundo tema mais mencionado pelos entrevistados foi o apelido do bairro (Cidade de Deus), aludindo à favela do Rio de Janeiro. Há aí uma redução brutal e violenta capaz de ligar realidades em nada comparáveis entre si, de sorte que resta aos moradores suportar o ônus de uma redução como essa, já que, quando incessantemente repetidos, os discursos e as imagens materializam-se tanto quanto se naturalizam. Os moradores do bairro araraquarense tornam-se, assim, o bode expiatório de muitos dos males que acontecem na cidade ou na região. É desse modo que a violência real e a violência imaginada confundem-se, parecendo até naturais: é corroborada a opinião segundo a

qual determinadas áreas da cidade – seus bairros ditos problemáticos –, não têm solução, devendo ser isolados do restante da cidade.

A violência estereotipada – melhor dizendo, a prevalência da violência imaginada sobre a violência real alimenta-se nos canais midiáticos escritos ou televisivos, sendo mobilizada pelos mais vis preconceitos de classe – ofusca as causas concretas que refletem as raízes da violência real e pouco se discute a pobreza, o desamparo, o abandono das crianças e da juventude, a ausência de serviços públicos, a ausência de atividades culturais, esportivas, recreativas; todos, seletivamente esquecidos. A violência estereotipada que é correlata do “estigma territorial impregnado” (WACQUANT, 2001) inviabiliza uma perspectiva razoavelmente ampla da problemática urbana.

Para que se evidenciem as consequências sociais do fenômeno que apontamos, basta notar que dezessete entrevistados mencionaram já terem sofrido algum tipo de discriminação por morarem no bairro São Rafael. A violência estereotipada, tanto quanto os discursos e as imagens mobilizadas e que se materializam no estigma afetam sujeitos sociais concretos: “tenho que pensar onde posso falar que moro no São Rafael e onde não posso”; “olham diferente” ou “a gente nem pode falar que moramos aqui”. O estigma direcionado aos moradores do conjunto habitacional afeta não só a autoestima de homens, mulheres e crianças; pior, afeta também seus modos de agir e de se expressar.

Cabe novamente ressaltar o poder de penetração dos discursos e imagens preconceituosas, posto que palavras e imagens mobilizadas “etiquetam” sujeitos sociais concretos. A “etiqueta negativa” é signo da humilhação pública, que principia quando se declarar algo como “eu moro no São Rafael”. Desse momento em diante, um conjunto de discursos e imagens vem à tona, influenciando situações concretas – por exemplo, uma entrevista de emprego, a “corrida” de um taxista ou a abertura de um crediário – ; o fluxo da interação é, pois, interrompido e reiniciado, mas de outro modo: a oportunidade de emprego, antes em vias de se efetivar, passa a não mais existir; o taxista que poderia levá-lo para casa, recusa a “corrida” e o crediário que seria aberto é recusado por uma desculpa qualquer. Tais situações foram de fato relatadas por nossos entrevistados, que não deixaram de expressar sua angústia.

Uma vez “marcadas na carne” dos sujeitos implicados essas situações relatadas, podemos considerar que representam elas o momento anterior ao que chamamos de invisibilidade pública. A partir de quando a “etiqueta negativa” emerge, o fluxo da

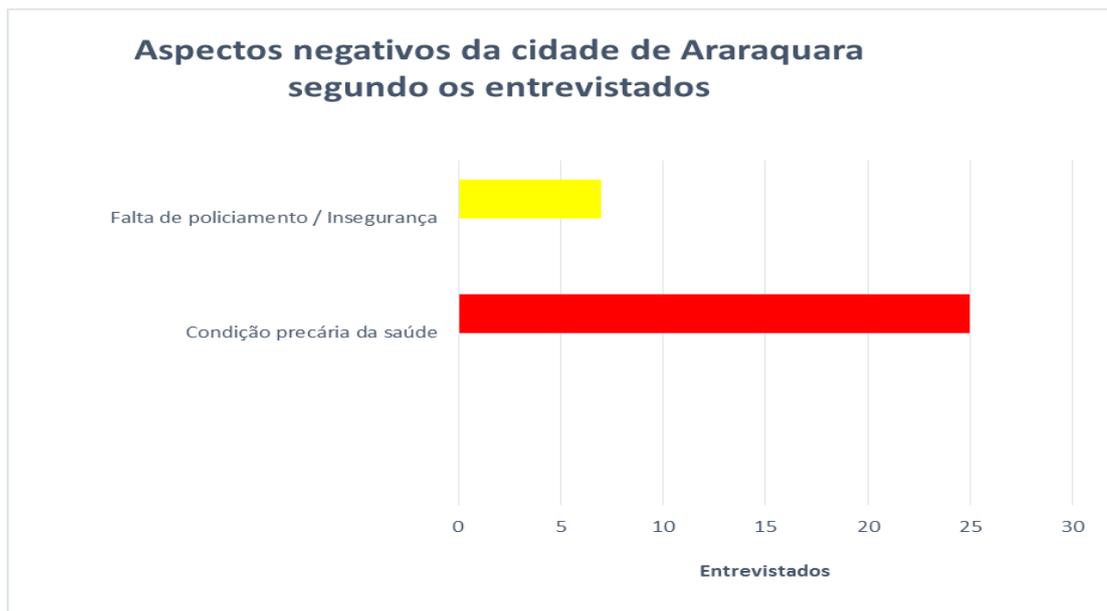
interação é interrompido e retomado de modo a provocar a humilhação pública, ou, em outros termos, a ofensa, o desrespeito, o rebaixamento, a inferiorização e o desprezo. A humilhação pública é um ataque violento à integridade psicossocial dos sujeitos, que se percebem, não sem tragédia, como pessoas de menor valor.

Assim é que, afinal, a invisibilidade pública recai sobre os sujeitos implicados como um véu que os tornam invisíveis e inaudíveis. Restam-lhes as sombras, as periferias das cidades e os trabalhos simples. Ora, em relação a invisibilidade pública a dimensão espacial e a dimensão social não podem ser pensadas separadamente. Se na dimensão social os sujeitos são estigmatizados, etiquetados, humilhados, ofendidos, desrespeitados e concebidos como pessoas de menor valor, na dimensão espacial eles serão “jogados” nas periferias das cidades, à margem, à sombra. As duas dimensões se complementam e agem conjuntamente, dando vez à deterioração da integridade psicossocial dos moradores do bairro São Rafael.

A dificuldade em situar a cidade de Araraquara em relação ao bairro onde residem foi considerável dentre os voluntários que entrevistamos. Não raro respondiam perguntas sobre a cidade usando como referência o próprio bairro. Sugeriam, assim, sintomas da desagregação mental e social causadas, segundo Lefebvre (1999), pela segregação espacial em que o desmembramento da cidade provoca uma alienação espacial.

Em outras palavras, a cidade de Araraquara apresentou-se no discurso dos entrevistados como uma quimera: “Araraquara é uma cidade boa de viver”, ou, então, “aqui é uma cidade boa, não tenho do que reclamar”. Alguns entrevistados mobilizam a imagem de uma cidade acolhedora e boa o que torna válida a pergunta: a cidade é boa para quem? Cabe ainda nos perguntarmos se, quando os entrevistados afirmam que a cidade é boa, eles incluem o bairro onde moram ou expressam uma compreensão fantasiosa da cidade?

Gráfico 8



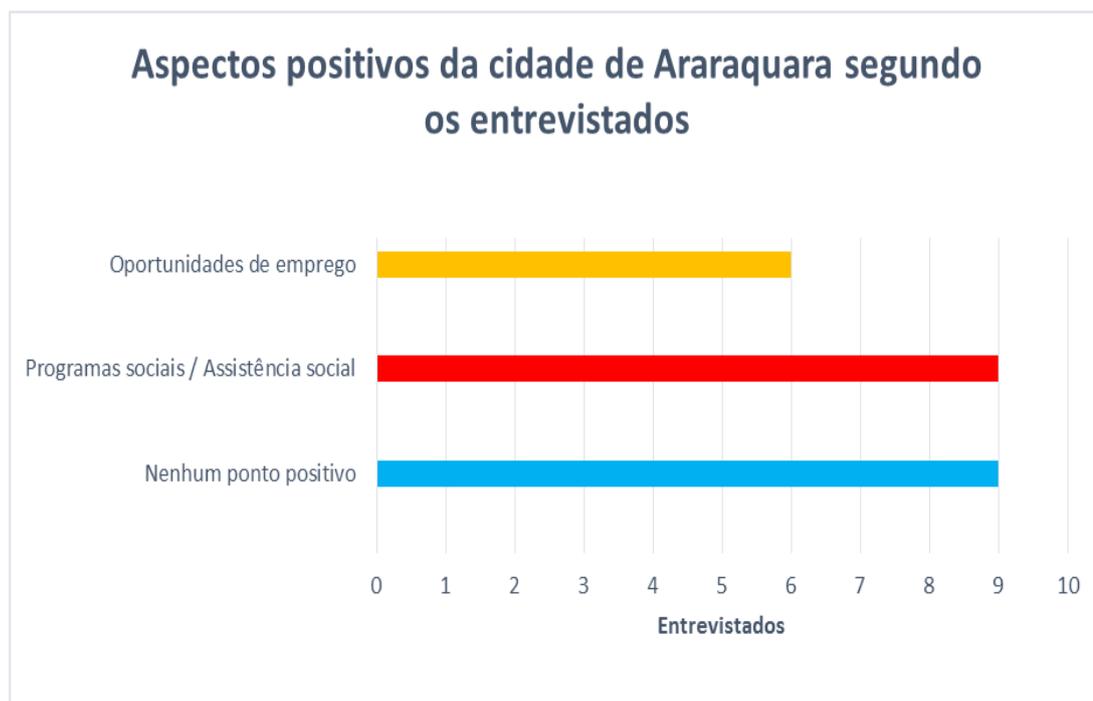
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

É, além disso, oportuno ressaltar, dentre os aspectos negativos da cidade, que a precariedade da saúde foi o problema sempre enfatizado pelas entrevistadas: “não há posto de saúde no bairro, em caso de emergência as pessoas dependem de ônibus e o bairro é muito longe”. Quando necessitam, os residentes do conjunto habitacional são atendidos no posto de saúde de um bairro próximo, o Selmi Dei; não surpreende, pois, que o posto esteja sobrecarregado e a qualidade de seu atendimento, prejudicada. Por sua vez, a unidade de pronto atendimento, UPA, está distante do bairro e, para os moradores que não têm carro, a dificuldade torna-se ainda maior. Há claro aí o sinal de um direito constitucional que se realiza somente de modo parcial, favorecendo a existência de vidas prejudicadas.

Outro mau aspecto que mencionaram relaciona-se à falta de policiamento e, por conseguinte, ao sentimento de insegurança. Atréadas, tais carências manifestam a ausência do poder público na região: “a polícia só atende a ocorrência se várias pessoas telefonarem. Caso contrário, a polícia não vem ao bairro”, e, ainda, “pouco caso com a população, na época da eleição é uma coisa, depois muda”. Torna-se aí outra vez evidente o sentimento de abandono e desamparo, que, são considerados pela classe política apenas quando há a finalidade de angariar votos, à época de campanhas eleitorais. Nesses momentos muitas coisas são prometidas, poucas são cumpridas, e, assim, o bairro e seus moradores seguem esquecidos. Ser experienciado como um espaço da insegurança é outro modo de inviabilizar a efetivação da vida boa.

Em relação aos aspectos positivos do município de Araraquara, os programas sociais foram, ao lado da assistência social, os temas mais mencionados pelas entrevistadas, que, porém comentaram que em Araraquara não há nada de positivo. São referidas, outrossim, as oportunidades de emprego.

Gráfico 9

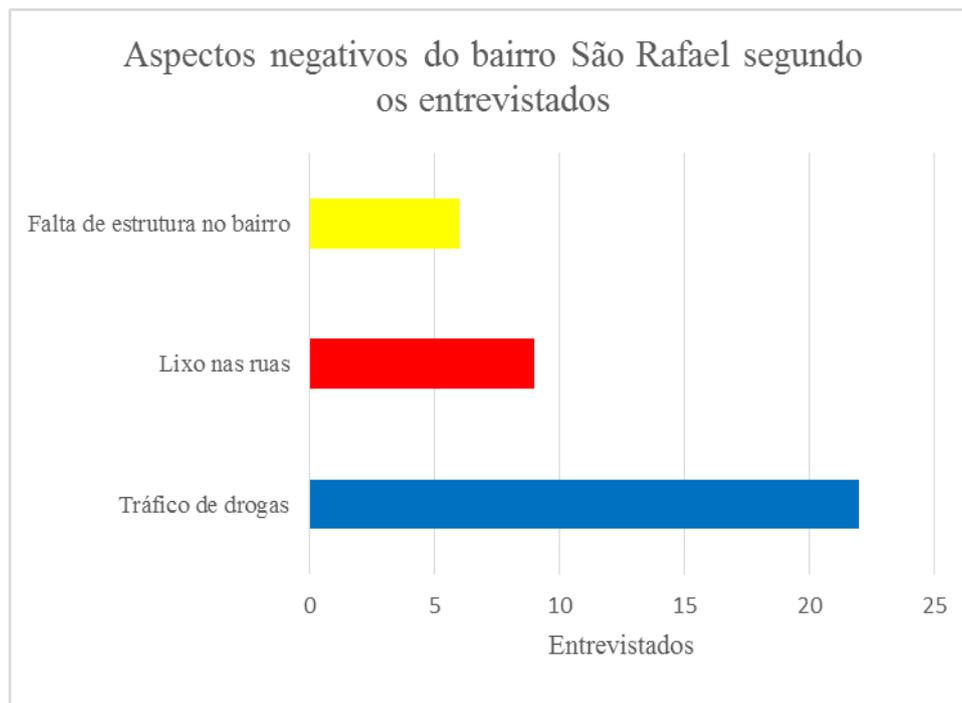


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A importância dos programas sociais não deve ser menosprezada: a maioria das entrevistadas são beneficiárias de programas sociais como o Bolsa Família e/ou Renda cidadã, fundamentais ao complemento da renda de famílias pobres. Sobre a assistência social, por sua vez, está dentre os aspectos positivos de que falam os moradores do São Rafael por causa da proximidade e do contato direto entre eles e as assistentes; de sorte que seu trabalho é tão essencial quanto humanizante. Ademais, a presente pesquisa é fruto dessa relação, na medida em que parte das entrevistas foram realizadas durante as visitas da assistente social ao bairro.

O problema da falta de policiamento e do conseqüente sentimento de insegurança, mencionados na resposta anterior, é destacado quando analisamos as respostas da nona questão de nossa pesquisa ("O que há de positivo e negativo no bairro São Rafael?").

Gráfico 10



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

O mau aspecto concernente ao bairro onde moram que mostrou-se mais presente nas falas das pessoas entrevistadas tem que ver com o tráfico de drogas. A questão, no entanto, envolve uma complexa rede de relações que não fazem parte da discussão deste trabalho; incluí-lo no debate exigiria ainda o domínio de uma bibliografia especializada. Desse modo, concentramo-nos em aspectos gerais desse problema que, de modo desigual e combinado, é capaz de atingir a sociedade de alto a baixo.

Com um quê de certeza, podemos afirmar que, ainda que todas as classes sociais sejam impactadas pelo tráfico de drogas, são as classes pobres, contudo, encarregadas de suportar cotidianamente o peso da violência causada pelo tráfico. É, sem dúvida, essa a aflição que sentem os habitantes do São Rafael, porque certas vezes seus familiares ou conhecidos estão envolvidos. Em outros espaços da cidade a problemática do tráfico de drogas, possivelmente, não vai ter a mesma relevância.

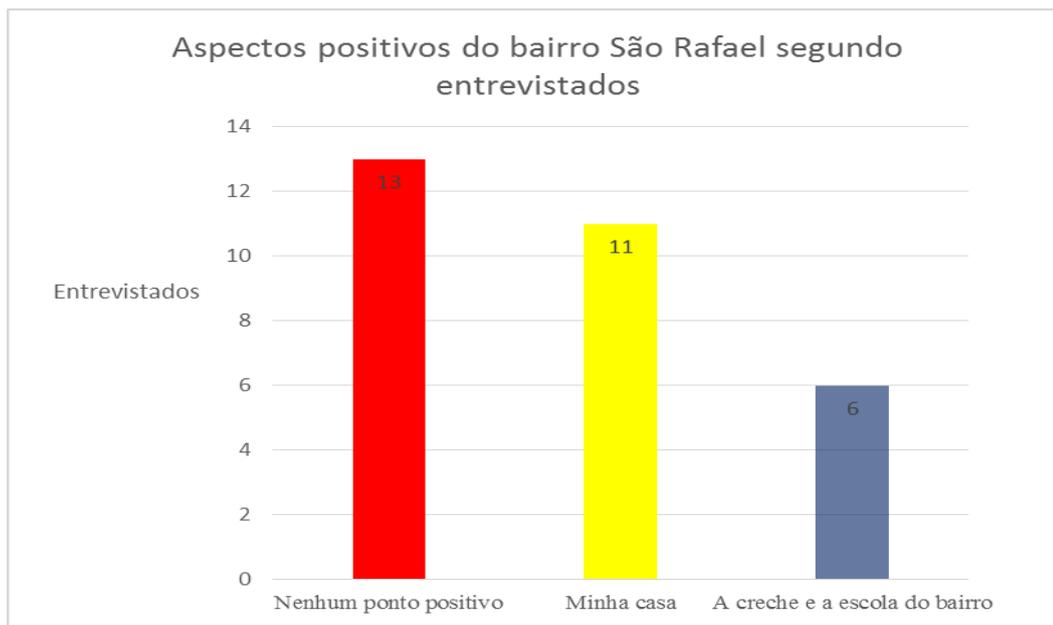
Em termos gerais, a emergência do tráfico de drogas reflete a ausência do poder público na ordenação da vida social e, a um só tempo, a escassez de perspectivas de lazer, de cultura, de educação, de emprego e de formação para crianças e adolescentes. As ilusões que envolvem o comércio ilegal de drogas – o dinheiro fácil, a ostentação, sexo, o funk, festas, etc. –, rivalizam com os valores sociais da educação, do respeito, da cidadania, do trabalho, do esforço, ou, por exemplo, da dedicação. São esses os

caminhos que podem as crianças, os jovens e os adolescentes do bairro São Rafael vislumbrar. Porquanto o segundo caminho, o dos valores sociais, apresenta-se enquanto limitado, pois, como procuramos demonstrar, o reconhecimento intersubjetivo dos valores sociais não é algo de que os sujeitos disponham livremente – o fato de possuírem uma casa própria, de pagarem seus impostos e tampouco o de exercerem uma atividade remunerada não basta para evitar que as pessoas que moram no São Rafael sejam desrespeitadas e estigmatizadas pela sociedade –, a adesão ao comércio ilegal de drogas pode ser favorecida, quer por ausência de serviços públicos e de melhores perspectivas, quer por ofensas, desrespeitos e estigmatizações.

Durante as visitas ao bairro e a realização das entrevistas, pudemos constatar o número significativo de crianças e jovens nas ruas. Na falta de parques, quadras, atividades culturais e esportivas, a rua tornam-se o ambiente de socialização para muitas crianças e jovens. Por outro lado, uma das entrevistadas afirmou: “minhas filhas não saem na rua”. São, pois, duas ocasiões, há crianças e jovens que crescem nas ruas e outros que passam os dias em casa, em virtude do medo que seus pais sentem de que algo ruim lhes aconteça. A fim de ilustrar a dimensão da apreensão dos pais, citamos uma das pessoas com quem falamos, que assim definiu seu bairro: “São Rafael, o caminho que vai levar seu filho a morte”. As duas situações, é claro, impactam e causam prejuízos à infância e à juventude.

Em segundo lugar, a insatisfação de que mais falaram nossos entrevistados relaciona-se ao lixo nas ruas. Em alguns pontos do bairro, principalmente onde há terrenos baldios, tornou-se comum para alguns moradores descartar lixo, móveis quebrados e entulhos, animais mortos, etc. Aos que residem nas proximidades desses terrenos, portanto, a questão torna-se problema central, na medida em que têm de lidar com mau cheiro, sujeira e animais que podem invadir suas casas (a exemplo das baratas, dos ratos, das aranhas e dos escorpiões). A situação gera desconforto e desprazer que afetam a consciência espacial dos moradores e moradoras, que concebem seu bairro enquanto inóspito, sujo e feio.

Gráfico 11



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quando perguntados sobre os bons aspectos do local, a maioria dos entrevistados afirmaram que não há nada de positivo no bairro São Rafael. Com tudo o que já elencamos, a declaração não pode nos surpreender. Indica o sintoma de um mal-estar coletivo que resulta de uma política territorial parcial.

No rol dos pontos positivos que, em segundo lugar, mais relataram os entrevistados, a moradia, confirma a existência de uma política territorial parcial: “pelo menos tenho minha casa para morar”. Não está em nosso horizonte desprezar o que significa o acesso à casa própria para as populações de baixa renda, mas devemos reconhecer que se trata de uma garantia pública limitada. Na ausência de equipamentos e de serviços públicos, a moradia torna-se a única referência positiva: “de bom tem minha casa, antes pagava aluguel”; ainda, “um bairro ruim, só estou aqui porque ganhei a casa do governo. Foram trinta e cinco anos pagando aluguel”. O caso do conjunto habitacional que estudamos revela que uma série de direitos sociais, que vão desde a saúde e a educação ao lazer, à cultura e ao esporte, são inexistentes ou precariamente oferecidos. São, então, novamente ensejados os sentimentos de abandono e de desamparo, bem como formas extremadas de individualismo.

Ademais, as pessoas entrevistadas mencionaram, como um aspecto positivo do bairro, a creche e a escola municipal que, localizadas nas proximidades do bairro, garantem a educação de seus filhos em distância pequena de suas respectivas casas. A

esse respeito, a escola municipal atende o primário e o ensino fundamental I e II; além do que, está em construção uma escola que atenderá também os alunos do ensino médio.

Analisando, porém, as respostas das perguntas de número 8 e 9, saltam à vista os aspectos negativos em relação ao município de Araraquara e o bairro São Rafael. Há certa linearidade entre os pontos levantados: precariedade da saúde – falta de estrutura no bairro; falta de policiamento / sentimento de insegurança – tráfico de drogas. Quer dizer, esses aspectos negativos se comunicam e se complementam, formando um conjunto de fatores que promovem a deterioração da integridade psicossocial dos moradores do conjunto habitacional de que falamos.

Em relação aos espaços públicos de lazer e convívio da cidade de Araraquara que os entrevistados frequentam, segue o gráfico:

Gráfico 12



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A maioria dos entrevistados (vinte e sete), mencionaram um conjunto variado de espaços públicos: a praça do DAAE, o parque infantil, o parque Pinheirinho, o SESC, o Sesi. Todos eles possibilitam diferentes usos e são adequados para as diferentes idades, desde as crianças até os adultos e os idosos. É, porém, significativo o número de entrevistados (vinte e dois) que mencionaram sair de casa apenas em função do trabalho, não frequentando, por isso, nenhum espaço público da cidade. “Faltam

atividades públicas na periferia”, disse uma pessoa das que entrevistamos, “todas são no centro ou no parque infantil, não vou por dificuldade de acesso”. Por sinal, a dificuldade de acesso aí relatada tem que ver com o valor da passagem de ônibus: durante a realização da pesquisa a passagem de ônibus custava R\$ 3,25, e, no caso dessa moradora, deve ser multiplicada por quatro, já que tem três filhos. Uma vez que os gastos com o deslocamento somam R\$ 13,00 para a ida e outros R\$13,00 para a volta, totalizam a quantia de R\$ 26,00, sem contar o eventual gasto com bebidas e comida, ir ao centro de Araraquara é, para a entrevistada, inviável<sup>39</sup>. Seu caso nada tem de isolado: outra entrevistada nos disse, “não tenho possibilidade de sair com meus filhos, tudo tem que pagar”. E, quando não o gasto, há ainda a distância: “faz tanto tempo que não vou a lugar nenhum. Moramos muito longe”. Relatos como esses fortalecem a ideia de que as classes pobres sofrem com a imobilidade e com a lentidão; ao passo que, para demais classes sociais, a mobilidade e a velocidade são condições *sine qua non* da experiência urbana.

Em resposta à pergunta 15, sobre quais eram os espaços públicos de lazer e convívio do próprio bairro que os moradores frequentam, torna-se evidente o descompasso quando se considera os mesmos espaços da cidade, como na pergunta anterior.

Gráfico 13



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Se na cidade de Araraquara os entrevistados mencionaram um conjunto variado de espaços públicos, sobre o bairro São Rafael, por sua vez, a resposta inicia-se com um

<sup>39</sup> Os valores da passagem de ônibus são referentes a outubro de 2015.

breve silêncio, interrompido apenas por: “não temos nada aqui. Nem lan house. Não tem espaço público aqui”; ou “aqui não tem nada. Houve apenas propostas de construir estruturas, nada foi feito”. Dos cinquenta entrevistados, trinta e quatro responderam que não há, no bairro, espaço público. Em seguida, foram treze os que mencionaram o campo de futebol do bairro vizinho, que conta também com uma pista de corrida ou caminhada e um pequeno parquinho, não deixaram, no entanto, de comentar o pormenor, “aqui não tem nada, tem o campo. Mas ele é frequentado por usuários de droga”.

A esse respeito, o medo de muitas das entrevistadas é que seus filhos brinquem no campo de futebol; até mesmo a rua é vista como um lugar perigoso, de maneira que a insegurança e o medo permeiam a experiência urbana dos moradores. Do ponto de vista das crianças e dos adolescentes, desta vez, o bairro é um espaço de interdição, onde as drogas, o tráfico, o crime e a violência, estão sempre a espreita. É de se considerar aqui a formação subjetiva das crianças e adolescentes. Nossa preocupação deve-se à “manipulação dos mais fracos”, de que antes falamos; quer dizer, perguntamo-nos se a construção dos conjuntos habitacionais se adequa a todas as idades humanas. De modo mais específico: são os conjuntos habitacionais pensados e planejados levando-se em conta as necessidades das crianças e dos adolescentes, dos adultos, das gestantes, dos idosos e das pessoas com deficiência, por exemplo? Ao que tudo indica, a produção dos conjuntos habitacionais baseia-se em um ser humano genérico, pois toda a pluralidade de necessidades e demandas humanas são, neles, reduzidas a uma padronização inquietante.

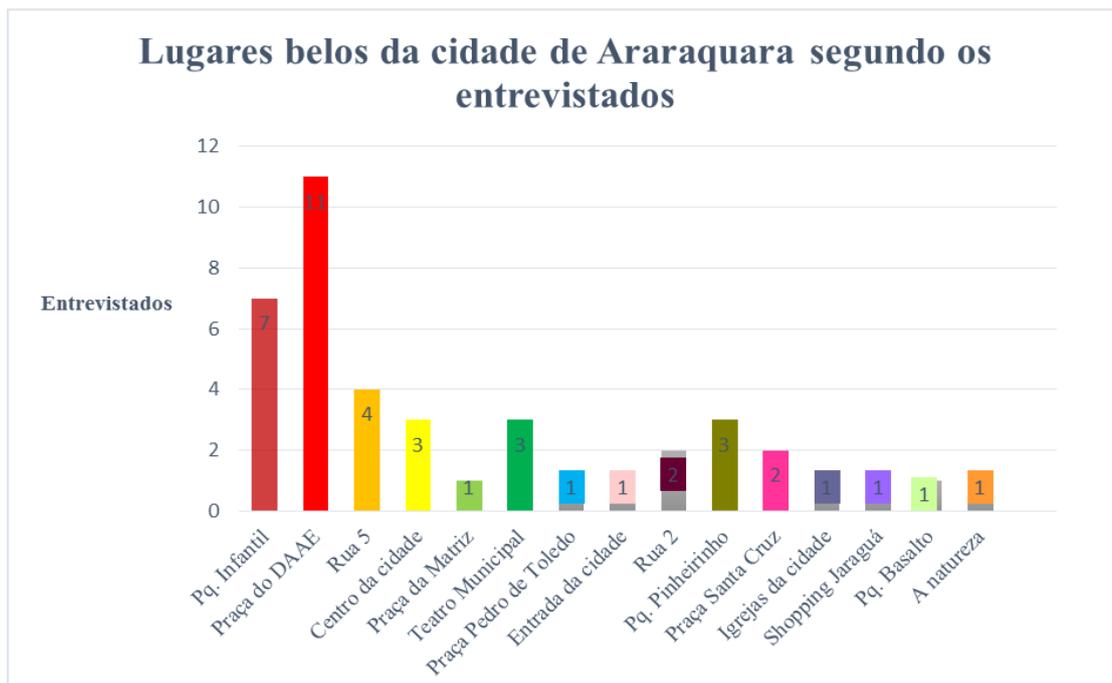
Figura 6



Imprensa Prefeitura Araraquara. **Conjunto Habitacional Residencial Laura Molina.** Araraquara: 2014. Disponível em: <http://sistema.araraquara.sp.gov.br/ftp/imprensa/Habitacao/>. Acesso em: 14/10/2015.

As respostas às perguntas de número 15 (“O que há de belo na cidade de Araraquara?”) e 16 (“O que há de belo no São Rafael?”), assim como aquelas às duas perguntas anteriores, revelam desproporções entre o bairro e a cidade onde se situa.

Gráfico 14



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quanto à cidade de Araraquara, os entrevistados mobilizaram um conjunto variado de lugares que consideram bonitos. O mais cotado desses foi a praça do DAAE, seguido do parque infantil. Além deles, foram mais comumente lembrados a rua 5, o teatro municipal e o centro da cidade. Agora, a respeito das belezas do bairro dos próprios moradores, segue o gráfico:

Gráfico 15



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

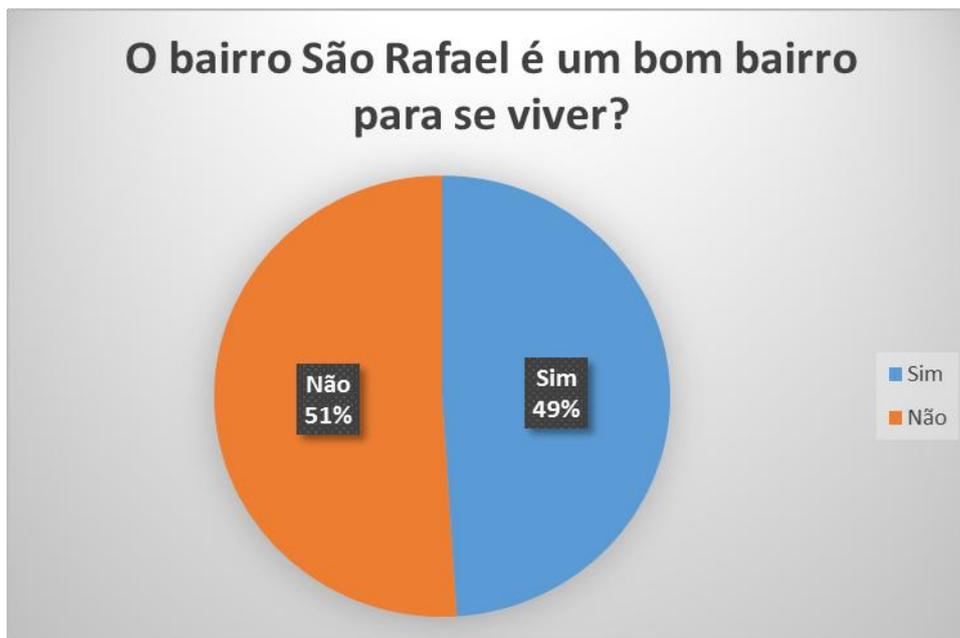
Como podemos ver, a maioria dos entrevistados afirmou que não há nada de belo no bairro São Rafael; contra eles, dois entrevistados falaram de suas próprias residências e um entrevistado mencionou que o bairro é bonito. Se pensarmos, também neste caso, a produção dos conjuntos habitacionais, fica claro que a beleza não é um atributo do bairro São Rafael. Sabemos que a produção do espaço deve levar em conta as diferentes idades humanas; no entanto, também a beleza é característica essencial e que fala a todas as idades humanas e classes sociais. No entanto, a questão arquitetônica e estética é atravessada pela questão de classe.

Na cidade dos ricos, a beleza constitui-se como um símbolo de prestígio, seja com áreas verdes, rios ou bosques, seja nas mais modernas e sofisticadas construções. Elementos desse gênero constituem o capital espacial, intimamente relacionado, aliás, com outras formas de capital (o simbólico, o econômico, o cultural e o social). Ao contrário, na cidade dos pobres, é inevitável constatar a ausência de capital espacial: não há áreas verdes, bosques, rios, parquinhos e tampouco a construção das casas se dão de maneira sofisticada ou com os melhores materiais. Em substituição aos símbolos de prestígio da cidade dos ricos, há os símbolos de estigma que constituem o imaginário coletivo da cidade dos pobres.

A busca da beleza deveria ser requisito na produção de espaços, pois sua ausência afeta a consciência espacial dos sujeitos, na medida em que não haveria, então, para eles, razões para que se orgulhassem ou admirassem o espaço onde residem “nosso bairro tem apenas as casas, não tem mais nada”, ou “não tem nada de belo aqui”. A ausência de beleza promove a sensação de vazio, tanto quanto a ausência de sombras em um dia de sol, por exemplo, dá-nos a sensação de caminhar em um deserto. A inospitalidade e a frieza urbana na contemporaneidade manifestam a falta de ousadia, de imaginação e de amor na construção das cidades: ao contrário, a produção dos espaços deixa se orientar por uma racionalidade insensível para com as necessidades humanas.

As respostas dadas para pergunta 18, “O bairro São Rafael é um bom bairro para se viver?”, revelaram o caráter de limitação da garantia pública que os moradores têm. Os entrevistados que disseram que seu bairro é bom para se viver fundamentaram-se, principalmente, no direito sobre a moradia e no fim do aluguel. Em casos menos frequentes, orgulhavam-se também do muro e do portão, que contribuem para sua privacidade e seu relativo isolamento.

Gráfico 16

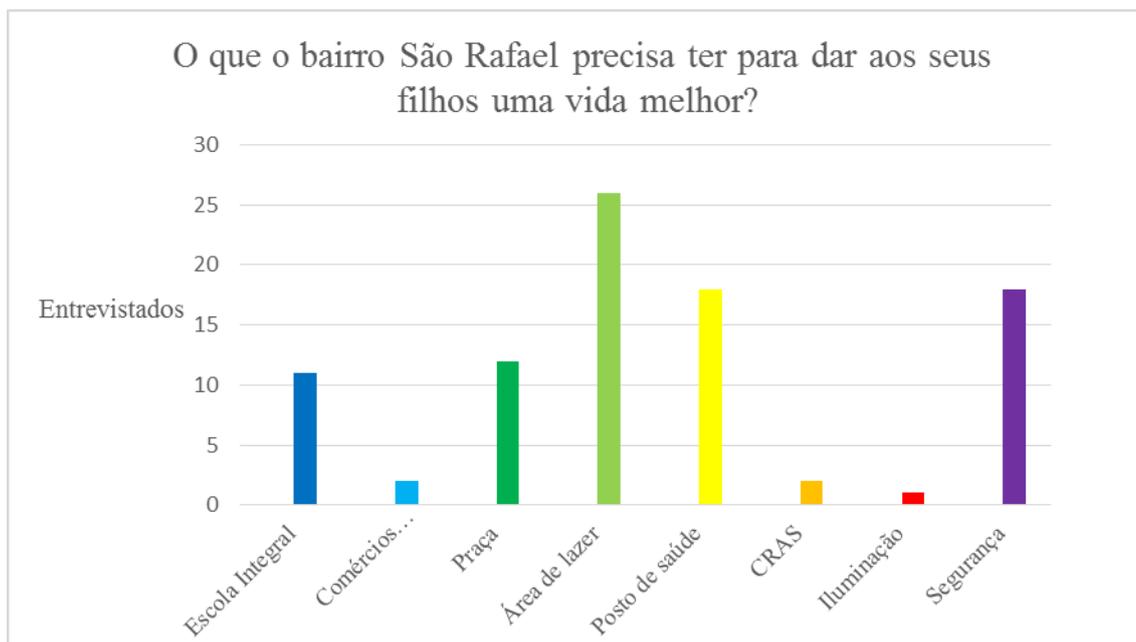


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Ao contrário, aqueles que responderam negativamente baseiam-se sobretudo em aspectos externos às casas, seu entorno. A ausência de equipamentos e serviços públicos, bem como o tráfico de drogas e o lixo nas ruas, tornam o bairro ruim para se viver, um lugar onde se manifesta a existência de vidas prejudicadas. Informamos a resposta de uma entrevistada, que não somamos às demais, pois ela ilustra o equilíbrio tênue experimentado pelos moradores do São Rafael: disse ela, “é e não é”.

Parece-nos, assim, que os moradores têm uma relação ambígua com o espaço em que eles vivem. É compreensível que o bairro seja considerado bom tendo como critério a posse da moradia, já que exime os entrevistados das obrigações de aluguel ou das habitações informais. No entanto, ao analisarmos as entrevistas, repetidamente constatamos que o bairro carece de equipamentos e serviços públicos e, segundo a maioria dos entrevistados, não há nada de belo no bairro, além dos problemas referentes ao acúmulo de lixo nas ruas e ao tráfico de drogas, que gera insegurança e medo. O modo como nossos entrevistados demonstraram conceber o bairro onde moram gravita em torno da dualidade que há entre a moradia (casa própria) como valor em si e a falta de estrutura e serviços públicos, cujas limitações de garantias às necessidades materiais e não materiais dos indivíduos modernos (o acesso a cultura, emprego, lazer, saúde, esporte, educação e habitação) são, no São Rafael, inúmeras.

Gráfico 17



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Por fim, a pergunta “O que o bairro São Rafael precisa ter para dar aos seus filhos uma vida melhor?” evidenciou que as reivindicações dos moradores do bairro São Rafael não são outras que os direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal de 1988. Por exemplo, vinte e seis moradores mencionaram que falta ao bairro uma área de lazer; outros dezoito entrevistados disseram que o lugar carece de segurança e de posto de saúde; mais doze falaram sobre a ausência de praças nos entornos. Há ainda aqueles que lembraram a importância de uma unidade de CRAS, de comércios em geral e de iluminação das ruas. Percebemos, então, mais uma vez, a completa ausência de equipamentos e serviços públicos no conjunto habitacional que investigamos. É do equilíbrio tênue entre a moradia como valor em si e a precariedade ou a inexistência de equipamentos e serviços públicos que se faz a experiência urbana dos entrevistados. Esse quadro promove a deterioração da integridade psicossocial dos sujeitos, inviabilizando a constituição de uma ordem democrática inclusiva, pois no conjunto habitacional em questão, o bairro São Rafael, a cidadania é precariamente garantida.

## 5. Considerações finais

O modelo conceitual da luta por reconhecimento que orientou nossa investigação empírica no bairro São Rafael possibilitou a formulação do diagnóstico de uma patologia social - a deterioração da integridade psicossocial dos moradores do referido bairro.

A integridade psicossocial dos sujeitos é constituída através do pleno desenvolvimento das formas de reconhecimento intersubjetivo - o amor, o direito e a solidariedade. No interior desse quadro os sujeitos têm garantido sua integridade, bem como sua dignidade. Desse modo, “os diversos padrões de reconhecimento, que em Hegel foram distinguidos uns dos outros, podem ser compreendidos como as condições intersubjetivas sob as quais os sujeitos humanos chegam a novas formas de autorrelação positiva” (HONNETH 2003, p.272). Na medida em que os sujeitos possuem autoconfiança, são revestidos de um conjunto de direitos que se efetivam e são estimados socialmente, têm-se aí as possibilidades da autorrealização individual.

O modelo conceitual em que nos baseamos não busca definir as formas de autorrealização, isso diz respeito unicamente aos sujeitos. Nossa preocupação fundamental são as condições intersubjetivas que possibilitam ou inviabilizam as formas de autorrealização dos indivíduos. As condições intersubjetivas que possibilitam a autorrealização individual são os “[...] pressupostos universais da integridade pessoal dos sujeitos” (HONNETH, 2003, p.275) no quadro normativo da Modernidade. A integridade pessoal dos sujeitos se refere, portanto, a uma concepção formal de vida boa.

Contudo, nossa investigação empírica no bairro São Rafael revelou a existência de vidas prejudicadas. As condições de autorrealização individual no referido bairro são precárias, pois, o quadro normativo da Modernidade não se efetivou nesse espaço, senão parcialmente.

Ora, cabe ressaltar que o município de Araraquara ocupa a sétima posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M de 2013)<sup>40</sup>. Não obstante, deparamo-nos, durante a pesquisa e a realização das entrevistas, com uma realidade conflitante. Por um lado, devemos indagar até que ponto os índices exprimem determinada realidade - não nos alongaremos nesse ponto. E, por outro, esse quadro reflete uma tendência apontada nesse trabalho, qual seja, a emergência de uma nova

---

<sup>40</sup> Índice referente ao Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a Fundação João Pinheiro (FJP).

questão urbana. Na cidade contemporânea testemunhamos o acirramento das clivagens socioespaciais, a saber, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Entre as comunidades fechadas e os bairros periféricos com pouca ou nenhuma estrutura de serviços públicos, constatamos a existência de espaços sem cidadãos.

Ambos são o resultado de decisões políticas; como também trazem à tona um questionamento fundamental: qual é o futuro das nossas cidades? Sem incorrer em uma futurologia que em nada nos interessa, podemos afirmar que o futuro de nossas cidades está diretamente ligado as lutas sociais que são e serão travadas na busca da construção de relações sociais assentadas no reconhecimento intersubjetivo, na solidariedade, na dignidade da pessoa humana, garantindo com isso a integridade psicossocial dos sujeitos e a existência da cidade como espaço da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

## 6. Referências

ARANTES, Paulo. Zonas de espera: uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea. In: \_\_\_\_\_. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014. p.141-199.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **La fine della città**. Roma: Laterza, 2011.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). Compreender. In: \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 693-713.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GALLI, Carlo. **Espacios políticos**: la edad moderna y la edad global: léxico de política. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HONNETH, Axel. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

\_\_\_\_\_. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reconocimiento y menosprecio**: sobre la fundamentación normativa de una teoría social. Buenos Aires: Katz Editores; Barcelona: Centro Cultura Contemporânea de Barcelona, 2010.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MITSCHERLICH, Alexander. **A cidade do futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

\_\_\_\_\_. **La inhospitalidad de nuestras ciudades**. Madrid: Alianza Editorial, 1969.

PEREIRA, Luis. (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Crônicas brasileiras**. Organização e apresentação Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. “Why the middle class is revolting”. **The Hindu**, 2013. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/opinion/interview/why-the-middle-class-is-revolting/article4299097.ece>>, Acesso em 15 de Setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Expulsions:** Brutality and Complexity in the Global Economy. Massachusetts: Belknap press, 2014.

SCHMITT, Carl. ¿Qué es una revolución espacial? In: \_\_\_\_\_. **Tierra y mar:** una reflexión sobre la historia universal. Madrid: Editorial Trotta, 2007. p. 48-49.

SECCHI, Bernardo. **La città dei ricchi e la città dei poveri.** Roma: Editori Laterza, 2013.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13-29.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade:** estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Editora Revan: Fase, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 1999.